

Fundo Municipal de Saúde
Prefeitura Municipal de Afogados da Ingazeira/PE
CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO Nº 008/2025
EDITAL DE CREDENCIAMENTO

PREFEITURA MUNICIPAL DE AFOGADOS DA INGAZEIRA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 28/2025

Órgão Realizador do Certame:
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
AV. RIO BRANCO, 296 - CENTRO - AFOGADOS DA INGAZEIRA - PE
CEP: 56800-0000 - Tel: (87) 3838-1575

DO PREAMBULO

A COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO DO MUNICÍPIO DE AFOGADOS DA INGAZEIRA- PE, constituída pela PORTARIA nº 046/2025 de 2 de janeiro de 2025, para conhecimento dos interessados o edital de chamada pública para credenciamento em conformidade com às disposições do Artigo 79, Caput, da Lei Federal nº 14.133, de 01 de Abril de 2021 e suas alterações, Lei Complementar 123/06 e alterações, subsidiariamente e demais legislação aplicável, torna público a realização de CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS DA ÁREA DA SAÚDE nos termos das condições estabelecidas no presente instrumento de Chamamento.

A análise da documentação dos interessados será realizada pelos membros da Comissão de licitação junto com a área técnica da Central de Regulação do Fundo Municipal de Saúde, com avaliação final em conformidade com os parâmetros e requisitos estabelecidos neste edital. O processo de credenciamento contempla a análise documental dos interessados, vistoria técnica e cumprimento das demais exigências contidas no presente edital.

1. OBJETO DO CREDENCIAMENTO

1.1. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM EXAMES DE PATOLOGIA CLÍNICA PARA ATENDER AOS PACIENTES DO MUNICÍPIO DE AFOGADOS DA INGAZEIRA.

2. DA FORMA E APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS

2.1 O prazo para credenciamento iniciar-se-á a partir da data de publicação.

2.2 **O CREDENCIAMENTO FICARÁ ABERTO POR UM PERÍODO DE 6 (SEIS) MESES** contados a partir da data da primeira publicação, podendo ser contratados novos serviços, na vigência deste, desde que obedecidas as exigências estabelecidas no mesmo, conforme necessidade, disponibilidade financeira e orçamentária do Fundo Municipal de Saúde.

2.3 Este Edital será divulgado através de extrato publicado no Diário Oficial da Associação Municipalista de Pernambuco (AMUPE), no Diário Oficial da União e Jornal de Grande Circulação do Estado.

2.4 Para elaboração da sua proposta o licitante deverá considerar as especificações dos itens, contidos no Termo de Referência do Edital de Credenciamento.

2.5 Os interessados poderão pleitear o seu credenciamento, preenchendo no anexo III o seu interesse.

2.6 O CREDENCIADO será responsável pela execução dos serviços destinados aos pacientes do município de Afogados da Ingazeira.

2.7 O Fundo Municipal de Saúde divulgará mensalmente em seu Diário Oficial dos Municípios de Pernambuco - Amupe, aviso de que este credenciamento permanecerá aberto à participação de novos interessados, até que finde sua vigência.

2.8 O Fundo Municipal de Saúde realizará a divulgação dos resultados referentes aos

Praça Monsenhor Alfredo de Arruda Câmara, nº325 – Centro – Afogados da Ingazeira – PE
CEP: 56.800-000 / Fone: (87) 3838-2717 / 1235

interessados aptos à contratação no Diário Oficial da AMUPE, caso ocorra.

2.9 Os interessados deverão entregar a documentação no setor de licitações na Rua 15 de novembro nº 260, 1º andar, Afogados da Ingazeira – PE.

2.10 A Comissão de Contratação não se responsabiliza pelas documentações não transmitidas ou não recebidas por motivos de ordem técnica dos computadores, falha de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação e de transmissão de dados, falta de energia elétrica, bem como outros fatores de ordem técnica que impeçam a transferência de dados e entrega dos documentos.

2.11 O atendimento do contratado contemplará a execução das atividades e serviços necessários à prestação da assistência à saúde com qualidade aos beneficiários.

3. DO PRAZO PARA CREDENCIAMENTO

3.1. O presente Chamamento Público permanecerá aberto pelo período de **6 (SEIS) MESES**, contados da publicação do Aviso de Credenciamento, período no qual os interessados poderão apresentar a documentação exigida.

3.2. Findo o prazo, o Município poderá, a seu critério e mediante justificativa, prorrogar a vigência do chamamento público por igual período, assegurando sempre a isonomia entre os participantes.

3.3. Poderão participar do procedimento de **credenciamento todas as pessoas jurídicas que se enquadrem no ramo pertinente ao objeto descrito deste instrumento convocatório.**

3.4. É vedada a participação de pessoas jurídicas que:

- a) Não atendam às condições e exigências contidas no presente Edital;
- b) Tenham sofrido restrições de qualquer natureza resultantes de contratos firmados com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição;
- c) Profissionais cujo incompatível com o serviço a ser executado;
- d) Que estejam com o direito de licitar e contratar com a Administração Pública suspenso, ou por esta tenham sido declaradas inidôneas.

4. CONDIÇÕES PARA CREDENCIAMENTO

4.1. Poderão participar deste credenciamento as empresas interessadas, preferencialmente pessoas jurídicas:

- a) Cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação/credenciamento, conforme o disposto nos respectivos atos constitutivos;
- b) Regularmente estabelecidas no País e que satisfaçam integralmente as condições deste edital e seus anexos;

4.2. Não será permitida a participação direta ou indiretamente na presente licitação/credenciamento das empresas interessadas:

- a) Que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- b) Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- c) Que se enquadrem nas vedações previstas no Artigo 14, da Lei nº 14.133/2021;
- d) Que estejam sob regime de concordata, recuperação judicial ou sob decretação de falência, em processo de recuperação judicial ou extrajudicial, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;
- e) Que estejam reunidas em consórcio, qualquer que seja a forma de constituição;

4.3. São condições para credenciamento dos profissionais:

- a) Estar inscrito perante o respectivo Conselho de classe;
- b) Não possuir antecedentes criminais, achando-se no pleno exercício de seus direitos civis e políticos.

4.4. À medida que os interessados apresentem sua documentação, e por conseguinte sua proposta de adesão ao credenciamento, **a Comissão de Contratação em conjunto com a Coordenação da Central de Regulação se reunirão** para análise exigida, e após decidirá, fundamentadamente, lavrando-se a respectiva ata, pelo deferimento ou pelo indeferimento da proposta de credenciamento, documentação de habilitação e avaliação técnica.

4.5. Para cada CREDENCIADO HABILITADO será firmado o Termo de Credenciamento entre o CREDENCIADO e o ordenador de despesa, que será juntado nos autos deste procedimento, como instrumento de autorização e ratificação pela Autoridade Superior, conforme Artigo 72, VIII,

da Lei 14.133/2021.

4.6. O Termo de Credenciamento terá vigência limitada à vigência do Edital de Credenciamento.

4.7. Caso sejam CREDENCIADOS e HABILITADO mais de um interessado, a quantidade da distribuição dos serviços será realizada de forma proporcional à capacidade técnica e à disponibilidade dos credenciados, levando em conta a demanda e o desempenho na avaliação técnica.

4.8. Porquanto a inviabilidade de competição configura-se pelo fato de a Administração dispor-se a contratar todos os que tiverem interesse e que satisfaçam as condições por ela estabelecidas, nos casos de contratações paralelas e não excludentes, isto é, quando a solução da necessidade pública demanda a contratação concomitante ou sucessiva de todos os particulares que preencherem os requisitos previamente fixados, havendo número maior de CREDENCIADOS em relação à quantidade de serviços a serem solicitados, a seleção será feita pela ordem cronológica de credenciamento, entre todos os CREDENCIADOS.

4.9. Os serviços serão solicitados pela Secretaria Municipal de Saúde requisitante e a contratação dos CREDENCIADOS será realizada mediante “ordem cronológica de credenciamento”, em razão da inviabilidade de competição, a fim de que se proceda a contratação através da assinatura de contrato, nos termos do Artigo 95, da Lei 14.133/2021.

4.10. Caso não haja disponibilidade do CREDENCIADO para a prestação dos serviços devidamente solicitados, quando este CREDENCIADO for o primeiro posicionado da lista, será chamado o próximo colocado da referida lista, passando o CREDENCIADO anterior para a posição final da lista de CREDENCIADOS, desde que a solicitação ao referido CREDENCIADO tenha ocorrido em prazo superior a 05 (cinco) dias úteis da data em que serão realizados ou terão início os serviços.

4.11. Caso a solicitação ao CREDENCIADO ocupante do primeiro lugar da lista de CREDENCIADOS seja feita em prazo inferior ao estabelecido no item anterior e este CREDENCIADO não tenha disponibilidade para a prestação dos serviços solicitados, este dará a vez ao próximo da lista de CREDENCIADOS, conforme ordem de classificação, mas manterá sua colocação na lista de CREDENCIADOS e será o próximo a ser selecionado na referida lista, ou seja, trocará de lugar na lista de CREDENCIADOS com o segundo posicionado ou com os demais, sucessivamente.

4.12. A qualquer tempo o Termo de Credenciamento / Contrato poderá ser alterado, visando adequar o serviço às condições de execução previstas pelo Município, mediante termo aditivo.

4.13. A inscrição no credenciamento não garante a contratação do interessado pelo município.

5. DO CADASTRO

5.6. O cadastro dos prestadores de serviços complementares de saúde será mantido pela Secretaria Municipal de Saúde com o acompanhamento permanente das informações dos credenciados.

5.7. O cadastro de prestadores de serviços complementares de saúde terá vigência por 12 (doze) meses contados da assinatura do Termo de Credenciamento / Contrato.

5.8. Durante a vigência deste edital de credenciamento, incluindo as suas republicações, o Fundo Municipal de Saúde, a seu critério poderá convocar através de e-mail, publicação no Diário Oficial, os credenciados para nova análise de documentação. Nessa ocasião serão exigidos os documentos que comprovem a manutenção das condições apresentadas quando da pré-qualificação do interessado.

5.9. Para revalidação os credenciados deverão reapresentar toda a documentação exigida neste edital, podendo ser revalidado por mais 12 (doze) meses.

5.10. A partir da data em que for convocado para apresentar a documentação atualizada, o credenciado terá até 05 (cinco) dias úteis para apresentá-lo.

6. DA HABILITAÇÃO

6.6. Para se habilitar ao credenciamento, o interessado deverá apresentar termo de proposta (anexo III) em concordância com os preços estimados pelo Fundo municipal de Saúde de

Praça Monsenhor Alfredo de Arruda Câmara, nº325 – Centro – Afogados da Ingazeira – PE
CEP: 56.800-000 / Fone: (87) 3838-2717 / 1235

Afogados da Ingazeira - PE. O termo de proposta deve ser digitado, de forma legível, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, devidamente datado e assinado pelo representante legal da entidade, devendo conter:

a) CNPJ, a razão ou denominação social, endereço, telefones e “e-mail” utilizados;

Observação 1: O preço referido no objeto é o preço orçado / estimado pelo Fundo Municipal de Saúde de Afogados da Ingazeira - PE. O preço estimado abrange todos os tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e para fiscais), fornecimento de mão de obra especializada, leis sociais e trabalhistas, administração, lucros e quaisquer outros custos relacionados a prestação do serviço.

6.7. Declarar total concordância com as condições estabelecidas neste edital, inclusive com os valores e instruções constantes na Tabela presente no termo de referência deste edital.

6.8. Ser datada e assinada pelo representante legal.

6.9. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, o participante será convocado a encaminhá-los, conforme o caso no prazo de 05 (cinco) dias sob pena de inabilitação.

7. DA DOCUMENTAÇÃO

7.6. Os documentos necessários ao credenciamento deverão ser apresentados em original ou por processo de cópia mediante apresentação do original ou assinados digitalmente desde que possam ser averiguados no momento da análise pelo agente de contratação.

7.7. Os documentos a seguir relacionados: Modelo de Apresentação da Proposta de Adesão, conforme modelo anexo III.

7.8. Do interessado em se credenciar para prestação de serviços na área de saúde do Fundo Municipal de Saúde de Afogados da Ingazeira - PE, será exigida, para fins de participação, a apresentação dos seguintes documentos:

7.8.A. PESSOA JURÍDICA

a) Registro comercial, no caso de empresa individual;

b) b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades comerciais (Contrato Social com todas as Alterações Contratuais ou Contrato social consolidado);

c) Documentos de eleição dos atuais administradores, tratando-se de sociedades por ações, acompanhados da documentação mencionada na linha "b", deste subitem;

d) Ato constitutivo devidamente registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedades civis, acompanhado de prova da diretoria em exercício;

e) Decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, tratando-se de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, quando a atividade assim o exigir;

f) Cédula de Identidade e CPF dos Sócios.

7.8.B. DOCUMENTOS RELATIVOS À REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ) - site: https://solucoes.receita.fazenda.gov.br/servicos/cnpjreva/cnpjreva_solicitacao.asp

b) Prova de Regularidade fiscal de todos os tributos federais, inclusive contribuições previdenciárias, tanto no âmbito da Receita Federal quanto no âmbito da Procuradoria da Fazenda Nacional, em um único documento (Certidões Negativas na forma prevista na Portaria MF 358, de 05 de setembro de 2014) - site: <https://solucoes.receita.fazenda.gov.br/servicos/certidaointernet/pj/emitir>

c) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), fornecida pela Caixa Econômica Federal, de acordo com a Lei nº 8036 de 11 de maio de 1990 - site: <https://consulta-crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf>

d) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual (Certidão de Tributos Estaduais) emitido pelo órgão competente, da localidade de domicílio ou sede da empresa proponente na forma da Lei;

e) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal onde for sediada a empresa, mediante apresentação de certidões negativas de competência Municipal;

f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, ou Positiva com efeito de Negativa, em cumprimento ao disposto na Lei nº 12.440, de 07/07/2011. Para fins de habilitação, será

considerada a CNDT mais atualizada, conforme entendimento do Tribunal Superior do Trabalho - TST - site: <https://cndt-certidao.tst.jus.br/inicio.faces>

g) Certidão Negativa de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade emitida pelo Conselho Nacional de Justiça - site: <https://www.gov.br/pt-br/servicos-estaduais/certidao-negativa-de-improbidade-administrativa-e-inelegibilidade-do-cnj>

h) Certidão Negativa de Licitantes Inidôneos emitida pelo Tribunal de Contas da União - site: <https://portal.tcu.gov.br/carta-de-servicos/certidoes/certidao-negativa-de-licitante-inidoneo> ;

i) Comprovação de localização das instalações onde serão desempenhados os serviços, mediante a apresentação de Alvará de Funcionamento expedido pelo Município cuja sede esteja localizada;

j) Alvará expedido pela Vigilância Sanitária, estadual e municipal em nome do estabelecimento mencionado.

7.8.C. DOCUMENTOS RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

a) Certidão negativa de falência ou concordata ou recuperação judicial ou recuperação extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede do licitante em processo judicial eletrônico, com validade para o certame. Caso a referida certidão não possua validade, será considerada data não superior a 60 (sessenta) dias contados da data limite para recebimento das propostas, se outro prazo não constar do documento.

b) As empresas que sejam do Estado de Pernambuco, devem emitir a certidão negativa de processos cíveis (PJe) para pessoa jurídica, para licitação (PROCESSOS EM 1º E 2º GRAU) no site: (<https://www.tjpe.jus.br/certidaopje/xhtml/main.xhtml>)

c) Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

c.1) Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

c.2) As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

c.3) Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

c.4) Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

d) Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado do item ou do somatório dos quais o licitante for declarado classificado.

e) As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

7.8.D. No caso da participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

7.8.E. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos [arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971](#);

7.8.F. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

7.8.G. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à execução contratual;

7.8.H. O registro previsto na [Lei n. 5.764, de 1971, art. 107](#);

7.8.I. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

7.8.J. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que

executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

7.8.K. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o [art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971](#), ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

7.8.L. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- a) Comprovação de aptidão para desempenho de prestação de serviço compatível com o objeto do credenciamento, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em papel timbrado para ambos, contendo razão social, endereço, telefone, CNPJ e quantitativos executados.
- b) Licença de Funcionamento expedida pelo órgão competente;
- c) Inscrição do responsável técnico no Conselho Regional pertinente;
- d) Prova de Inscrição da empresa no Conselho Regional pertinente;
- e) Relação da equipe técnica para atendimento, com indicação do quadro de profissionais conforme requisitos mencionados no presente chamamento público para credenciamento;

7.9. DECLARAÇÕES

7.9.A. Prova de que a empresa não se acha declarada inidônea para licitar e contratar com o poder público, ou suspensão de licitar ou contratar com o Município de Afogados da Ingazeira - PE (Certidão Negativa de Licitantes Inidôneos) emitida pelo Tribunal de Contas da União;

7.9.B. Declaração de que está ciente e concorda com as condições contidas neste Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no referido documento, para todos os efeitos legais, sob pena de aplicação das sanções cabíveis; (conforme modelo anexo IV);

7.9.C. Declaração de cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, nos termos Inciso IV, do Artigo 63, da Lei n. 14.133/2021; (conforme modelo anexo IV);

7.9.D. Declaração de que as propostas econômicas compreendem a Integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, nos termos do §1º do Artigo 63, da Lei n. 14.333/2021 (conforme modelo anexo IV).

7.9.E. Declaração da própria empresa de que não possui em seu quadro de pessoal e societário, servidor público do Poder Executivo Municipal exercendo funções de gerência ou administração, conforme Artigo 1º, inciso X, da Lei Complementar Estadual nº 04/1990, ou servidor do Órgão/Entidade contratante em qualquer função, nos termos do Artigo 9º, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021; (conforme modelo anexo IV).

7.9.F. Declaração de que não há sanções vigentes que legalmente proibam a participante de licitar e/ou contratar com o Órgão/Entidade contratante; (conforme modelo anexo VI).

7.9.G. Declaração para fins do disposto no Inciso VI, Artigo 68, da Lei nº 14.133/2021, que não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) com menos de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menores de 16 anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, nos termos do Inciso XXXIII, do Artigo 7º, da Constituição Federal; (conforme modelo anexo IV).

7.9.H. Declaração de que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos Incisos III e IV do Artigo 1º e no Inciso III, do Artigo 5º, da Constituição Federal, bem como no Artigo 14, inciso VI, da Lei nº 14.133/2021 (conforme modelo anexo IV).

7.9.I. Declaração de que é ME, EPP ou MEI e não se encontra em nenhuma das situações do § 4º, Artigo 3º, da Lei Complementar Federal nº 123/2006 e alterações e está apto a usufruir do tratamento estabelecido no Artigo 43, da Lei Complementar Federal nº 123/2006 (conforme modelo anexo V).

7.9.J. Declaração de que no ano-calendário de realização deste credenciamento, os valores somados dos contratos celebrados com a Administração Pública não extrapolam a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do

Artigo 4º, § 2º, da Lei nº 14.133/2021 (conforme modelo anexo V).

7.9.K. A verificação pelo Município nos sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.9.L. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o interessado terá seu pedido de credenciamento julgado “DEFERIDO” pela Comissão de Contratação e submetido à autoridade competente para fins de homologação e da autorização, de que trata Inciso VIII, do Artigo 72, da Lei 14.133/2021.

7.9.M. Declaração da empresa de que esta não foi declarada inidônea para contratar com o poder público, nos termos do Inciso IV, do Artigo 156, da Lei Federal 14.133/2021, conforme modelo (ANEXO VI).

7.9.N. A falta de quaisquer dos documentos aqui exigidos, ou sua apresentação em desconformidade com o presente edital implicará na inabilitação da proponente

7.9.O. A proponente inabilitada poderá apresentar nova documentação, conforme item 7

7.9.P. As certidões obtidas pela internet estarão sujeitas à verificação de sua validade e autenticidade pela Comissão.

7.9.Q. Durante a vigência do credenciamento é obrigatório que os CREDENCIADOS mantenham regularizadas todas as condições de habilitação e que informem toda e qualquer alteração na documentação referente à sua habilitação jurídica, qualificação técnica, qualificação econômico-financeira e regularidade fiscal relacionadas às condições de credenciamento, conforme o caso.

7.9.R. A comissão de contratação reserva-se o direito de solicitar o original de qualquer documento, sempre que tiver dúvida e julgar necessário.

8. ESCLARECIMENTOS

8.6. Após a publicação do Edital de Credenciamento, fica concedido prazo para pedidos de esclarecimento ou impugnação ao Edital, os quais deverão ser solicitados, motivadamente, a qualquer tempo, até o 3º (terceiro) dia útil anterior à data fixada para o fim do prazo para a apresentação de documentos de novos interessados.

8.7. Em caso de acolhimento de impugnação o edital retificado será publicado nos mesmos meios realizados anteriormente.

9. IMPUGNAÇÃO

9.6. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada no sítio eletrônico do Município no prazo de até 3 (três) dias úteis a contar da solicitação de esclarecimento/impugnação, limitado ao último dia útil anterior à data fixada para o fim do prazo para a apresentação de documentos de novos interessados.

9.7. Os pedidos de impugnação e esclarecimentos poderão ser ofertados no e-mail: licitacaofmsafogados@hotmail.com ou protocolizados no local e horário indicados no item 4 deste edital.

10. RECURSO

10.6. Após a decisão da administração sobre a habilitação, o interessado poderá manifestar a intenção de recorrer, sob pena de preclusão;

10.7. O interessado poderá interpor recurso no prazo de 03 (três) dias úteis contados da data da publicação da decisão.

10.8. O recurso será dirigido a Comissão de Contratação, que se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 03 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior.

10.9. A autoridade superior deverá proferir a sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data do recebimento.

10.10. A decisão final sobre os recursos será divulgada na página do Diário Oficial do Município (AMUPE), aos recorrentes indicados, através de e-mail ou comunicação alternativa certificada no processo.

10.11. Não havendo recurso, a Comissão de Contratação credenciará a(s) empresa (s) que apresentaram toda a documentação solicitada no ato convocatório.

10.12. O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

- 10.13. Ocorrerá o descredenciamento quando:
- a) Por algum motivo o CREDENCIADO deixar de atender as condições estabelecidas neste Edital;
 - b) Houver recusa injustificada do CREDENCIADO em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente dentro do prazo estabelecido.
 - c) O CREDENCIADO declarar informação falsa ou que não puder ser comprovada através de documentos a pedido da CREDENCIADA.
- 10.14. O descumprimento das obrigações assumidas ensejará na aplicação, garantido o contraditório e a ampla defesa à credenciada, das sanções de acordo com a Lei 14.133/2021.
- 10.15. O pedido de descredenciamento não desincumbe a CREDENCIADA da obrigação de cumprir os eventuais serviços já requisitados pela Prefeitura Municipal de Afogados da Ingazeira - PE através da Secretaria Municipal de Saúde e das responsabilidades a eles vinculados, sendo cabível a aplicação das sanções administrativas previstas neste Edital em caso de irregularidade na execução dos respectivos serviços (total ou parcial).
- 10.16. A empresa credenciada responderá exclusiva e integralmente pela utilização de pessoal para a execução do objeto do contrato, incluídos os encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais resultantes de vínculo empregatício, cujo ônus e obrigações em nenhuma hipótese poderão ser transferidos para o município.
- 10.17. A empresa CREDENCIADA deverá estar disponível à prestação do serviço contratado pelo Fundo Municipal de Saúde a partir do momento da assinatura do contrato podendo ser descredenciada por 90 dias em caso de receber três notificações por descumprimento de quaisquer itens deste edital.
- 10.18. A empresa credenciada deverá manter-se, durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações anteriores e com as condições de habilitação exigidas neste instrumento.
- 10.19. Será descredenciada imediatamente a empresa que não apresentar documentação complementar solicitada pela Secretaria Municipal de Saúde e Comissão de Contratação para fins de instrução do processo e contratação, dentro do prazo estipulado.
- 10.20. A empresa credenciada deverá responsabilizar-se por todos e quaisquer danos e/ou prejuízos que vier a causar ao Município de Afogados da Ingazeira - PE ou terceiros.

11. AO MUNICÍPIO COMPETE, PELA SECRETARIA MUNICIPAL REQUISITANTE (GESTORA DA CONTRATAÇÃO):

- 11.6. Fiscalizar a execução, o que não fará cessar ou diminuir a responsabilidade da contratada pelo perfeito cumprimento das obrigações estipuladas, nem quaisquer danos, inclusive quanto a terceiros, ou por irregularidades constatadas;
- 11.7. Comunicar à Contratada qualquer irregularidade encontrada no serviço ou objetos da contratação, fixando-lhe, quando não pactuado, prazo para corrigi-los;
- 11.8. Decidir acerca das questões que se apresentarem durante a prestação dos serviços;
- 11.9. Notificar, por escrito, a contratada da aplicação de qualquer sanção;
- 11.10. Efetuar o pagamento à credenciada, no prazo acordado, após a entrega da nota fiscal/fatura no setor competente.
- 11.11. Prestar informações necessárias, com clareza, para execução dos serviços avançados;
- 11.12. Credenciar perante a contratada, servidores autorizados a acompanhar, fiscalizar e conferir a qualidade e execução dos serviços adjudicados;
- 11.13. Notificar a contratada para ajustar, imediatamente, os procedimentos e/ou métodos de execução dos serviços que porventura venham a ser considerados impróprios e/ou prejudiciais, por técnicos do Município, a qualidade dos serviços prestados;
- 11.14. Acompanhar e fiscalizar permanentemente a execução dos serviços, visando o atendimento das normas, especificações e instruções estabelecidas, devendo intervir, quando necessário, a fim de assegurar sua regularidade e o fiel cumprimento;
- 11.15. Aplicar, quando for o caso, as penalidades, advertências e sanções previstas no edital e contrato, de acordo com as Leis que regem a matéria;
- 11.16. Solicitar, a qualquer tempo, dados e informações referentes aos serviços objeto do credenciamento;

12. DA EXECUÇÃO

- 12.6. Os serviços serão prestados aos usuários que forem devidamente encaminhados pela

Secretaria de Saúde mediante formulário de requisição específico, contendo autorização expressa.

12.7. Na execução do objeto deste termo a empresa contratada deverá manter cadastro dos usuários do SUS encaminhados pela mesma, que permita o monitoramento, o controle e a supervisão dos serviços.

12.8. A empresa contratada não poderá cobrar do paciente, ou seu acompanhante, qualquer complementação aos valores fixados para os serviços prestados neste regulamento.

12.9. As quantidades previstas no Termo de Referência são estimativas, não obrigando o município CONTRATANTE a efetuar a contratação da totalidade estimada para cada categoria.

13. DISTRIBUIÇÃO DE ATENDIMENTOS

13.6. Havendo mais de um profissional credenciado e habilitado para tal serviço, será realizado uma divisão no número de serviços proporcionalmente ao número de prestadores de serviço diante da demanda necessária. Podendo haver um maior número no agendamento de um dos profissionais na situação da falta de disponibilidade ou necessidade por parte do profissional do não agendamento do serviço.

13.7. Em até 15 dias a Secretaria de Saúde oficializará todos os credenciados e habilitados com contrato assinado e publicado, sobre as datas que deverão ser prestados por cada um dos contratados no mês subsequente, sendo que todos os credenciados deverão informar.

13.8. Após a assinatura do contrato o CREDENCIADO deverá executar os serviços conforme estipulado pela Secretaria de Saúde.

13.9. Concluído e ratificado o Credenciamento, os CREDENCIADOS serão convocados para celebrar o Contrato de Prestação de Serviços, nos termos do Artigo 95, da Lei 14.133/2021.

13.10. O CREDENCIADO convocado deverá comparecer para celebrar o Contrato de Prestação de Serviços no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, contados do recebimento da comunicação para tal, através de correio eletrônico, ou notificação pessoal.

13.11. A não assinatura do Contrato no prazo estabelecido poderá ser entendida como recusa injustificada e poderá ensejar a convocação dos próximos CREDENCIADOS, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis, previstas neste instrumento e seus anexos e na legislação que disciplina a matéria.

13.12. A forma de execução é indireta, sob o regime de empreitada por preço unitário.

13.13. A contratada deverá permitir a realização de fiscalização da execução dos serviços, por servidor designado pelo MUNICÍPIO, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas.

13.14. O Fundo Município de Saúde de Afogados da Ingazeira - PE não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade da contratada para outras entidades.

13.15. O início do prazo contratual será contado em dias consecutivos, a partir da data da assinatura do contrato, tendo vigência de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por no máximo 5 anos.

13.16. O prazo para iniciar os serviços será de até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do recebimento formal da Ordem de Serviço para cada demanda.

13.17. Caso seja verificada insuficiência no prazo estipulado, a Contratada pode formalizar pedido de prorrogação deste prazo, com justificativa plausível, para apreciação e decisão da Secretaria Requisitante.

14. DO PAGAMENTO E SUSTAÇÃO

14.6. Os valores devidos ao contratado serão pagos mediante apresentação da nota fiscal com a descrição dos serviços prestados e após a sua conferência pela Central de Regulação da Secretaria Municipal de Saúde de Afogados da Ingazeira - PE;

14.7. O credenciante efetuará o pagamento das faturas, devidamente atestadas, referente ao serviço objeto deste acordo em até 30 (trinta) dias consecutivos, a contar da entrada das mesmas no protocolo do Fundo Municipal de Saúde do Município de Afogados da Ingazeira - PE;

14.8. No valor contratado estão inclusas todas as despesas diretas e indiretas, inclusive os tributos, taxas, custos, com embalagens, insumos, materiais necessários, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, frete, seguro e quaisquer outros custos e despesas que incidam sobre a presente contratação.

14.9. O pagamento das notas fiscais emitidas pelo fornecedor somente será efetuado após o

atesto dos responsáveis técnicos da Central de Regulação designados pela Secretaria de Saúde de Afogados da Ingazeira - PE;

14.10. O pagamento das notas fiscais emitidas pelo fornecedor somente será efetuado após a conciliação dos valores recebidos pela credenciante.

14.11. Se houver alguma incorreção na nota fiscal/fatura a mesma será devolvida a credenciada para correção, ficando estabelecido que o prazo para pagamento seja contado a partir da data de apresentação na nova nota fiscal/fatura, sem qualquer ônus ou correção a ser paga pelo credenciante.

15. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

15.6. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

15.7. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

15.8. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

15.9. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

15.10. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

15.11. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)), e ou pelos os profissionais técnicos da Central de Regulação da Secretaria Municipal de Saúde de Afogados da Ingazeira – PE.

Fiscal de Contrato

15.12. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

15.13. O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#), e [Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II](#));

15.14. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III](#));

15.15. O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV](#)).

15.16. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V](#)).

15.17. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII](#)).

15.18. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário ([Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

15.19. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do

contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV](#)).

Gestor do Contrato

15.20. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

15.21. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

15.22. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

15.23. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

15.24. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

15.25. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

15.26. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contabilidade para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

16. DA VIGÊNCIA

16.1 EDITAL DE CREDENCIAMENTO: A vigência iniciará com a publicação do Edital no Diário Oficial da Associação Municipalista de Pernambuco (AMUPE), no Diário Oficial da União, Jornal de grande circulação no Estado e no site oficial da Prefeitura por 6 meses, podendo ser prorrogado até o limite previsto na lei 14133/21.

16.2. TERMO DE CREDENCIAMENTO: O Termo de Credenciamento terá a vigência limitada à 12 meses, a contar da assinatura do contrato.

16.6. DEMANDA DA SECRETARIA REQUISITANTE: As solicitações poderão ser realizadas enquanto vigente o Termo de Credenciamento.

17. DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1. EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS: Somente poderão iniciar após a assinatura do contrato ou emissão da Ordem de Serviços e seguirão os prazos determinados no instrumento contratual, para cada demanda, podendo ser finalizado após a vigência deste termo, a luz do Artigo 111, da Lei 14.133/2021.

17.2. O não-cumprimento das disposições mencionadas neste Edital poderá acarretar o credenciamento do CREDENCIADO, sem prejuízo de outras sanções legais cabíveis, especialmente o disposto nos Artigos 155 a 163 da Lei 14.133/2021, garantido o contraditório e a ampla defesa.

17.3. Os crimes contra a Administração Pública aos quais estão sujeitos os requerentes, processar-se-ão pela Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção) e pelo Código Penal, para fins de responsabilização das pessoas jurídicas, na esfera administrativa, civil e penal.

17.4. Constatada a possível prática de crime, assim definido na legislação, na execução do

credenciamento ou contrato, o fato será comunicado à autoridade policial competente para apuração.

17.5. Qualquer tolerância por parte do Município, no que tange ao cumprimento das obrigações ora assumidas pela contratada, não importará, em hipótese alguma, em alteração contratual, novação, transação ou perdão, permanecendo em pleno vigor todas as condições do ajuste e podendo o Município exigir o seu cumprimento a qualquer tempo.

17.6. A contratação, objeto deste procedimento, não estabelece qualquer vínculo de natureza empregatícia ou de responsabilidade entre o Município e os agentes, prepostos, empregados ou demais pessoas designadas pela Contratada para a execução do objeto contratual, sendo a Contratada a única responsável por todas as obrigações ou encargos decorrentes das relações de trabalho entre ela e seus profissionais ou contratados, previstos na legislação pátria vigente, seja trabalhista, previdenciária, social, de caráter securitário ou qualquer outra.

17.7. A Contratada, por si, seus agentes, prepostos, colaboradores ou quaisquer encarregados, assume inteira responsabilidade por quaisquer danos ou prejuízos causados, de forma direta ou indireta, ao Município, seu patrimônio, seus servidores, pacientes ou terceiros, produzidos em decorrência da execução do objeto contratado, ou da omissão em executá-lo, resguardando-se ao Município o direito de regresso na hipótese de ser compelido a responder por tais danos ou prejuízos.

17.8. A contratação será formalizada mediante assinatura do Contrato de Prestação de Serviços, nos termos do Artigo 95, da Lei n. 14.133/2021.

17.9. Este edital deverá ser lido e interpretado na íntegra.

17.10. Após a apresentação da documentação não serão aceitas alegações de desconhecimento ou discordância de seus termos.

17.11. Fica assegurado ao Município o direito de, no interesse da Administração, tomar as providências a seguir discriminadas, sem que caiba aos interessados qualquer tipo de reclamação ou indenização.

17.12. O recebimento dos envelopes ou documentos para o credenciamento não gerará para os CREDENCIADOS qualquer direito de contratação, objetivando somente o cadastramento para prestação de futuros serviços, sob demanda da Secretaria de Saúde.

17.13. O credenciamento, pode a qualquer momento ser revogado/encerrado, seja por interesse da Administração ou da Credenciada.

17.14. A Administração poderá solicitar o descredenciamento da empresa, caso seja constatado qualquer irregularidade na observância e cumprimento das normas fixadas no Edital e seus anexos, bem como na legislação pertinente, sem prejuízo do contraditório e da ampla defesa.

17.15. Neste caso verificado a irregularidade, a credenciada será automaticamente excluída do rol dos CREDENCIADOS. Sanada a irregularidade a empresa poderá solicitar novo credenciamento.

17.16. Será descredenciada a empresa que recusar a demanda por 2 (duas) vezes, seguidas ou não, quando convocada tempestivamente, nos termos deste edital, mesmo que apresente justificativa, podendo solicitar novo credenciamento somente 60 (sessenta) dias corridos após a recusa, evitando que as credenciadas escolham as demandas.

17.17. A credenciada que desejar solicitar o descredenciamento deverá fazê-lo mediante aviso prévio por escrito informando as suas razões, a qualquer tempo.

17.18. O pedido de descredenciamento não desobriga a credenciada nos eventuais contratos oriundos do credenciamento celebrados.

17.19. A empresa será descredenciada ainda nas seguintes hipóteses:

a) Negligência, imprudência ou imperícia comprovada dos profissionais das empresas credenciadas;

b) Descumprimento pela Credenciada de instruções e orientações recebidas da Gestão e Fiscalização da contratação, rejeição de processo que lhe seja distribuído ou negativa de prestação de qualquer serviço solicitado, sem apresentar razões suficientes para o Município.

c) Apresentar qualquer documento falso ou com informações inverídicas, bem como a apresentação de forma fraudulenta de qualquer dos documentos técnicos exigidos, que implica na imediata desqualificação da credenciada e imediato descredenciamento, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis.

17.20. Caso a Credenciada tenha assinado o Contrato caberá o descredenciamento e a rescisão contratual, com consequências das sanções contratuais e das previstas em lei, se a Contratada.

17.21. Descumprir total ou parcial, quaisquer das obrigações e/ou responsabilidades previstas no Edital, e/ou no contrato, ou o conhecimento ulterior, pelo Contratante, de fato ou circunstância superveniente contrária ao regramento editalícios, contratual ou legal, ou ainda se for constatada falsidade de qualquer declaração prestada pela Contratada e/ou seus representantes e equipe técnica.

17.22. Agir com negligência, imprudência ou imperícia comprovada dos profissionais das empresas credenciadas.

17.23. Cometer reiteradamente faltas ou falhas na execução dos serviços.

17.24. Decretar falência ou insolvência civil.

17.25. Realizar dissolução da sociedade.

17.26. Concretizar alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura contratual.

17.27. Descumprir as instruções e orientações do Contratante, rejeitar qualquer processo que lhe seja distribuído ou negar a prestação de qualquer serviço solicitado sem apresentar razões suficientes ao Contratante.

17.28. Divulgar informações do interesse exclusivo do Contratante, ou que consubstanciam violação de sigilo, obtidas em decorrência da contratação.

17.29. As alterações de endereço, telefone ou e-mail, deverão ser comunicadas a Secretaria Municipal de Saúde.

17.30. Informações sobre este Credenciamento poderão ser tratadas no Setor de Licitações, localizada na Rua 15 de Novembro nº 260, 1º andar, Afogados da Ingazeira - PE, ou através do e-mail: licitacaofmsafogados@hotmail.com

17.31. As dúvidas quanto à interpretação dos termos deste edital, bem como quaisquer outras informações, deverão ser solicitadas a comissão de contratação, Agente de Contratação, no endereço acima descrito.

17.32. Qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do presente procedimento, no prazo legal, mediante requerimento por escrito, que deverá ser protocolado juntamente com as razões, no setor de protocolo da Comissão Permanente de Licitação cujo endereço resta informado acima.

17.33. Quaisquer outras manifestações formais subsequentes ao prazo do item anterior serão recebidas apenas como pedidos de esclarecimento.

17.34. A impugnação deverá ser instruída com documentos necessários para a perfeita identificação do impugnante, bem como a verificação da capacidade de representação do signatário.

17.35. Decairá o direito de impugnar o edital aquele que não o fizer no prazo legal.

17.36. A resposta à impugnação ao edital estará disponível aos consulentes e interessados, via e-mail e passarão a integrar o edital.

17.37. Obedecidas às condições previstas no contrato, o CREDENCIADO poderá, a qualquer tempo, pedir desligamento.

17.38. A Secretaria Municipal de Saúde poderá, obedecidas as condições previstas no contrato e no seu interesse, descredenciar as empresas ou profissionais que não apresentarem demanda de atendimento.

17.39. A comissão de contratação, juntamente com a Secretaria Municipal de Saúde, na forma do disposto no § 2º do Artigo 59, da Lei Federal nº 14.133/2021 e alterações, reserva-se no direito de promover qualquer diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo relativo a esta licitação.

17.40. Caso algum órgão expedidor de documento exigido nesta licitação se encontre em greve, se a licitante não possuir documento com prazo de validade vigente, deverá apresentar o documento vencido, juntamente com a comprovação de que o órgão expedidor se encontra em greve através de cópia de matéria e/ou reportagem em jornais ou revistas e/ou declaração do próprio órgão expedidor.

17.41. A participação no presente processo de credenciamento implica na aceitação integral e irretratável de todas as condições exigidas neste edital e nos documentos que dele fazem parte, bem como na observância dos preceitos legais e regulamentares em vigor.

17.42. Nenhuma indenização será devida aos credenciados pela elaboração e/ou apresentação de quaisquer documentos relativos ao presente credenciamento.

17.43. Fica eleito o Foro da Comarca de Afogados da Ingazeira - PE, para dirimir as questões decorrentes do presente Edital, inclusive quanto à execução do contrato que vier a ser celebrado.



ANEXO I – Estudo Técnico Preliminar
ANEXO II – Termo de Referência
ANEXO III – Modelo de Termo de Proposta
ANEXO IV – Modelo de Declarações
ANEXO V – Modelo de Declarações de ME/EPP
ANEXO VI – Modelo de Declaração de Idoneidade e não Suspensão Temporária
ANEXO VII – Minuta do Contrato.

Afogados da Ingazeira, 18 de Setembro de 2025.

Artur Belarmino de Amorim
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE

ANEXO I – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

PREFEITURA MUNICIPAL DE AFOGADOS DA INGAZEIRA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO Nº 008/2025

1. INTRODUÇÃO

1.1. Consoante disposto no art. 18 da Lei Federal nº 14.133/2021, o presente ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR destina-se à formalização da primeira etapa do planejamento da contratação pública em apreço.

1.2. Demonstrar-se-á neste documento a caracterização do interesse público na contratação em tela, tendo presente as características do objeto e a indubitável necessidade da futura avença.

1.3. Como instrumento que antecede ao Termo de Referência, o Estudo Técnico Preliminar ora estatuído, demonstrará, ainda, que o serviço em tela em comento constitui a melhor solução para a necessidade pública intentada pela Administração Municipal.

2. DO OBJETO

2.1. Constitui objeto da presente licitação a: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM EXAMES DE PATOLOGIA CLÍNICA PARA ATENDER AOS PACIENTES DO MUNICÍPIO DE AFOGADOS DA INGAZEIRA.

3. DA NECESSIDADE DO SERVIÇO

Considerando que existe uma demanda reprimida de atual de 10.985 exames, mês, para a realização de exames laboratoriais de patologia clínica na rede pública de saúde municipal;

Atualmente, os exames disponibilizados para atender a demanda da cota normal e reprimida é insuficiente para absorver a demanda crescente de pacientes, o que tem gerado uma fila de espera significativa, comprometendo a agilidade no diagnóstico e tratamento de diversas doenças. Tal situação afeta diretamente a qualidade da assistência prestada aos usuários do SUS e pode resultar em agravamento de quadros clínicos, internações evitáveis e aumento da mortalidade por causas tratáveis.

Os exames de patologia clínica são essenciais para o acompanhamento de pacientes com doenças crônicas, gestantes, pessoas em investigação diagnóstica, entre outros. Diante da limitação de recursos humanos, equipamentos e insumos laboratoriais, a terceirização parcial ou total dos exames por meio de licitação pública mostra-se como medida imprescindível e urgente para garantir a continuidade dos serviços, a resolutividade da atenção básica e especializada e o cumprimento das metas pactuadas.

Sendo assim, justifica-se a realização do presente processo licitatório para garantir o atendimento à população dentro dos princípios da universalidade, integralidade e equidade do SUS, evitando desassistência e promovendo maior eficiência na prestação do serviço público de saúde.

4. DO ALINHAMENTO COM O PLANEJAMENTO

4.1. Quanto ao planejamento de gastos com o objeto em apreço, há previsão para aquisição do objeto no PCA / 2025.

5. DOS REQUISITOS DO SERVIÇO

Considerando a PORTARIA Nº 1.631, DE 1º DE OUTUBRO DE 2015, *Aprova critérios e parâmetros para o planejamento e programação de ações e serviços de saúde no âmbito do SUS.*

Considerando a necessidade de subsidiar o cálculo das estimativas de necessidades de saúde da população, prevista no art. 17 da Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, na medida em que os parâmetros incorporam e especificam os critérios contidos naquele artigo, bem como os critérios dispostos no art. 35 da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990;

Considerando a necessidade de articulação com o Mapa da Saúde, conforme previsto no art. 17 do Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011, que será utilizado na identificação das necessidades de saúde e orientará o planejamento integrado dos entes federativos, contribuindo para o estabelecimento de metas de saúde;

6. DO QUANTITATIVO

6.1. No estudo técnico elaborado pela equipe da Secretaria Municipal de Saúde, para mensuração dos quantitativos a serem adquiridos, foram analisados cuidadosamente, tendo presente a conjugação de fatores determinantes para futuro serviço, segue abaixo a relação do item que iremos precisar:

Nº	Descrição	Apresentação	Qtd.
1	ANTIBIOGRAMA	Unidade	4.000
2	CULTURA DE URINA	Unidade	4.000
3	DOSAGEM DE ACIDO URICO	Unidade	4.000
4	DOSAGEM DE AMILASE	Unidade	4.000
5	DOSAGEM DE BILIRRUBINA TOTAL E FRACOES	Unidade	4.000
6	DOSAGEM DE CALCIO	Unidade	4.000
7	DOSAGEM DE COLESTEROL LDL	Unidade	12.000
8	DOSAGEM DE COLESTEROL HDL	Unidade	12.000
9	DOSAGEM DE COLESTEROL TOTAL	Unidade	12.000
10	DOSAGEM DE CREATININA	Unidade	12.000
11	DOSAGEM DE GLICOSE	Unidade	12.000
12	DOSAGEM DE MUCO-PROTEINAS	Unidade	4.000
13	DOSAGEM DE TRANSAMINASE GLUTAMICO- OXALECETICA (TGO)	Unidade	4.000
14	DOSAGEM DE TRANSAMINASE GLUTAMICO- PIRUVICA (TGP)	Unidade	4.000
15	DOSAGEM DE TRIGLICERIDEOS	Unidade	12.000
16	DOSAGEM DE UREIA	Unidade	12.000
17	DETERMINACAO DE TEMPO DE COAGULACAO	Unidade	4.000
18	DETERMINACAO DE TEMPO DE SANGRAMENTO - DUKE	Unidade	4.000
19	DETERMINAÇÃO DE TTPA	Unidade	4.000
20	DETERMINAÇÃO DE TEMPO DE ATIV PROTOMB./TAP	Unidade	4.000
21	DETERMINACAO DE VELOCIDADE DE HEMOSEDIMENTACAO (VHS)	Unidade	4.000
22	HEMOGRAMA COMPLETO	Unidade	18.000
23	DETERMINACAO DE FATOR REUMATOIDE	Unidade	4.000
24	DOSAGEM GONADOTROFINA CORIONICA HUMANA (HCG, BETA, HCG)	Unidade	4.000
25	DOSAGEM DE PROTEINA C REATIVA	Unidade	4.000
26	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIESTREPTOLISINA O (ASLO)	Unidade	4000
27	PESQUISA DE OVOS E CISTOS DE PARASITAS	Unidade	18.000
28	ANALISE DE CARACTERES FISICOS, ELEMENTOS E SEDIMENTO DA URINA	Unidade	18.000
29	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTINÚCLEO (FAN)	Unidade	4.000
30	PESQUISA DE ANTICORPOS IGM ANTI - TOXOPLASMA	Unidade	2.000
31	PESQUISA DE ANTICORPOS IGG ANTI - TOXOPLASMA	Unidade	2.000

32	DETERMINACAO DIRETA E REVERSA DE GRUPO ABO	Unidade	2.000
33	PESQUISA DE ANTICORPOS IGG CONTRA O VIRUS DA RUBEOLA	Unidade	2.000
34	PESQUISA DE ANTICORPOS IGM CONTRA O VIRUS DA RUBEOLA	Unidade	2.000
35	PESQUISA DE ANTICORPOS IGG ANTICITOMELOGALOVIRUS	Unidade	2.000
36	PESQUISA DE ANTICORPOS IGM ANTICITOMELOGALOVIRUS	Unidade	2.000
37	DOSAGEM DE ANTIGENO PROSTATICO ESPECIFICO (PSA)	Unidade	2.400
38	PROVA DO LATEX PARA PESQUISA DO FATOR REUMATOIDE	Unidade	2.000
39	DOSAGEM DE TRIIODOTIRONINA (T3)	Unidade	2.000
40	DOSAGEM DE TRIIODOTIRONINA (T3) Livre	Unidade	2.000
41	BACILOSCOPIA DIRETA PARA BAAR / TUBERCULOSE (DIAGNOSTICA)	Unidade	1.500
42	DOSAGEM DE HORMONIO TIREOESTIMULANTE (TSH)	Unidade	12.000
43	PESQUISA DE ANTICORPOS CONTRA ANTIGENOS DO VIRUS DA HEPATITE B (ANTI - HBS)	Unidade	1.200
44	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI - HIV1 + HIV2 (ELISA)	Unidade	1200
45	TESTE DE VDRL PARA DETECÇÃO DE SIFILIS EM GESTANTE	Unidade	1.200
46	TESTE DE VDRL PARA DETECÇÃO DE SIFILIS	Unidade	1.200
47	PESQUISA DE ANTICORPOS CONTRA O VIRUS DA HEPATITE C (ANTI - HCV)	Unidade	800
48	DOSAGEM DE TIROXINA LIVRE (T4 LIVRE)	Unidade	12.000
49	DOSAGEM DE TIROXINA T4 TOTAL	Unidade	3.000
50	Curva de Tolerância a Lactose	Unidade	120
51	SÓDIO	Unidade	3.000
52	Curva Glicêmica - 2 horas	Unidade	120
53	Estradiol - E2	Unidade	120
54	Ferro Sérico	Unidade	2.000
55	Ferritina	Unidade	2.000
56	Fosfatase Alcalina	Unidade	180
57	Fósforo	Unidade	180
58	FSH - Hormônio Folículo Estimulante	Unidade	180
59	Gma Glutamil. Transferase (Gama GT)	Unidade	180
60	IGE Imunoglobulina "E"	Unidade	180
61	IgE - Painei (HX2) - Pó de casa	Unidade	180
62	IgE - Painei (MX1) - Fungos e Leveduras	Unidade	180
63	IgE Específico (F245) - Alimentos - Ovo	Unidade	180
64	IgE Específico (F76) - Alimentos A-Lactoalbumina	Unidade	180
65	IgE Específico para Beta Lactoglobulina	Unidade	180
66	IgE Rast - Leite de Vaca (F2)	Unidade	180
67	IgE - Alimentos - Trigo	Unidade	180
68	Igg	Unidade	180
69	Iga	Unidade	180
70	igm	Unidade	180
71	Reserva Alcalina	Unidade	180
72	LH - Hormônio Luteinizante	Unidade	180
73	Lipase	Unidade	180

74	Magnésio	Unidade	3.000
75	Potássio Sérico	Unidade	180
76	Progesterona	Unidade	180
77	Prolactina	Unidade	180
78	Proteínas Totais e Frações	Unidade	180
79	Proteinúria de 24 horas	Unidade	180
80	Teste de Tolerância a Glicose	Unidade	180
81	Testosterona Livre	Unidade	180
82	Testosterona Total	Unidade	180
83	Tireoglobulina	Unidade	180
84	Transferrina	Unidade	180
85	Vitamina B12	Unidade	4.500
86	Vitamina D-25 Hidroxi	Unidade	4500
87	PESQUISA DE SANGUE OCULTO NAS FEZES	Unidade	400
88	COOMBS INDIRETO (INCLUI QUANTITATIVO)	Unidade	180
89	DOSAGEM DE HEMOGLOBINA GLICOSILADA	Unidade	6.000
90	ALBUMINA	Unidade	180
91	CREATINO QUINASE - CPK	Unidade	180
92	Chagas IGG	Unidade	180
93	Chagas IGM	Unidade	180
94	Cloro	Unidade	180
95	CEA	Unidade	180
96	CA-19.9	Unidade	180
97	CA15.3	Unidade	180
98	LITIO	Unidade	180
99	CA125	Unidade	180
100	Insulina	Unidade	180
101	Eletroforese de hemoglobina	Unidade	180
102	Eletroforese de Proteínas	Unidade	180
103	Anti-TPO	Unidade	180
104	ANTI CCP	Unidade	180
105	Albumina	Unidade	48
106	Cortisol	Unidade	48
107	Colprotectina	Unidade	48
108	Coprocultura	Unidade	48
109	Alfa Fetoproteiana	Unidade	48
110	Polimorfismo do PAI	Unidade	48
111	Fator V de Leiden	Unidade	48
112	Mutação do Protrombina	Unidade	48
113	Beta 2 Glicoproteína	Unidade	48
114	Cardiolipina IGA	Unidade	48
115	Cardiolipina IGM	Unidade	48
116	Anticoagulante Lúpico	Unidade	48
117	Proteína S	Unidade	48
118	Proteína C	Unidade	48
119	Vitamina C	Unidade	48
120	Homocisteína	Unidade	48
121	Reserva Alcalina	Unidade	48
122	Streptococcus do Grupo B	Unidade	48
123	Citopatológico Cérvico-Vaginal/Microflora Diagnóstico	Unidade	3.600
124	Citopatológico Cérvico-Vaginal/Microflora Rastreamento	Unidade	13.500
Quantidade dos Serviços:			322.144

6.2. Nesse contexto, tem-se demonstrado de forma técnica a necessidade deste serviço a ser realizado visando atender ao interesse público.

7. ESTIMATIVA DA CONTRATAÇÃO

7.1. A estimativa de valor para a contratação foi baseada em cotações de mercado e na prática de preços médios para procedimentos similares praticados em instituições conveniadas ao SUS e estabelecimentos privados com experiência na realização dos Exames de Patologia Clínica.

7.2. Considerando os valores unitários estimados de constantes no Item 6, Subitem 6.1 por procedimento, obtém-se a seguinte estimativa total de contratação, R\$ 2.482.778,00 (Dois milhões, quatrocentos e oitenta e dois mil, setecentos e setenta e oito reais), conforme os quantitativos definidos pela Secretaria Municipal de Saúde:

8. JUSTIFICATIVA PARA O SERVIÇO PARCELADO

8.1. A prestação do serviço em regime parcelado justifica-se pela necessidade de **organização operacional e logística** na execução dos procedimentos de Patologia Clínica, garantindo-se o adequado planejamento do uso dos recursos humanos, insumos e da estrutura física Ambulatorial.

8.2. O parcelamento mensal da execução dos procedimentos permite melhor gerenciamento da **fila de espera**, respeitando critérios clínicos e priorização por gravidade, conforme diretrizes pactuadas com a regulação municipal.

8.3. Além disso, o serviço parcelado viabiliza o acompanhamento da produção pela gestão municipal, com maior controle, segurança assistencial e **monitoramento em tempo real dos resultados alcançados**, respeitando a capacidade de atendimento do prestador e do município.

8.4. O parcelamento também atende ao disposto na legislação vigente, permitindo **execução orçamentária escalonada**, evitando sobrecarga financeira em um único momento.

9. DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

Os **resultados pretendidos** da oferta de **exames de Patologia Clínica (ou Análises Clínicas)** pelo **SUS na rede complementar** (ou seja, por prestadores conveniados ou contratados fora da rede pública direta) visam garantir a ampliação do acesso, a eficiência e a qualidade da assistência diagnóstica. Abaixo estão os principais objetivos e resultados esperados:

9.1. Ampliação do Acesso à Diagnóstico Laboratorial

- **Reduzir filas de espera** para exames laboratoriais (bioquímica, hematologia, imunologia, microbiologia etc.).
- Garantir **abrangência populacional**, principalmente em regiões onde a rede própria é insuficiente.
- Atender à **demand reprimida**, incluindo exames de rotina e de apoio a diagnósticos especializados.

9.2. Apoio à Tomada de Decisão Clínica

- Oferecer suporte diagnóstico adequado aos **protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas (PCDTs)**.
- **Evitar desassistência**, garantindo que pacientes iniciem tratamentos com base em exames corretos e oportunos.
- **Prevenir agravos** de doenças crônicas e infecciosas por meio do diagnóstico precoce.

9.3. Eficiência Operacional e Econômica

- **Desonerar a rede própria** de saúde, utilizando a capacidade instalada da rede complementar.
- **Reduzir custos indiretos** associados a atrasos diagnósticos (internações evitáveis, agravamento de quadros clínicos, etc.).
- Promover **maior resolutividade** e agilidade no cuidado ao paciente.

9.4. Qualidade e Segurança Diagnóstica

- Garantir exames com **padrões de qualidade técnica**, rastreabilidade e controle de processos.
- Exigir **acreditação laboratorial** ou comprovação de boas práticas pelos prestadores.
- **Monitorar indicadores de qualidade**, como tempo de liberação de resultados e taxa de reconvocação de pacientes.

9.5. Equidade e Regionalização

- **Reduzir desigualdades** no acesso ao diagnóstico entre diferentes regiões e populações vulneráveis.
- Fortalecer a **regionalização do SUS**, garantindo serviços em locais com vazios assistenciais.

Jose Adriano da Silva
Coordenador de Controle e Avaliação

ANEXO II - TERMO DE REFERÊNCIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE AFOGADOS DA INGAZEIRA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO Nº 008/2025

1. INTRODUÇÃO

1.1. Consoante disposto no art. 18 da Lei Federal nº 14.133/2021, o presente TERMO DE REFERÊNCIA destina-se à formalização da primeira etapa do planejamento da contratação pública em apreço.

1.2. Demonstrar-se-á neste documento a caracterização do interesse público na contratação em tela, tendo presente as características do objeto e a indubitável necessidade da futura avença.

1.3. Como instrumento que antecede à elaboração do Edital, o TERMO DE REFERÊNCIA ora elaborado demonstrará, ainda, que a contratação em comento constitui a melhor solução para a necessidade pública intentada pela Administração Municipal.

2. DO OBJETO

2.1. Constitui objeto da presente licitação a: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM EXAMES DE PATOLOGIA CLÍNICA PARA ATENDER AOS PACIENTES DO MUNICÍPIO DE AFOGADOS DA INGAZEIRA

3. DA NECESSIDADE DA AQUISIÇÃO

Considerando que existe uma demanda reprimida de atual de 10.985 exames, mês, para a realização de exames laboratoriais de patologia clínica na rede pública de saúde municipal; Atualmente, os exames disponibilizados para atender a demanda da cota normal e reprimida é insuficiente para absorver a demanda crescente de pacientes, o que tem gerado uma fila de espera significativa, comprometendo a agilidade no diagnóstico e tratamento de diversas doenças. Tal situação afeta diretamente a qualidade da assistência prestada aos usuários do SUS e pode resultar em agravamento de quadros clínicos, internações evitáveis e aumento da mortalidade por causas tratáveis.

Os exames de patologia clínica são essenciais para o acompanhamento de pacientes com doenças crônicas, gestantes, pessoas em investigação diagnóstica, entre outros. Diante da limitação de recursos humanos, equipamentos e insumos laboratoriais, a terceirização parcial ou total dos exames por meio de licitação pública mostra-se como medida imprescindível e urgente para garantir a continuidade dos serviços, a resolutividade da atenção básica e especializada e o cumprimento das metas pactuadas.

Sendo assim, justifica-se a realização do presente processo licitatório para garantir o atendimento à população dentro dos princípios da universalidade, integralidade e equidade do SUS, evitando desassistência e promovendo maior eficiência na prestação do serviço público de saúde.

4. DO ALINHAMENTO COM O PLANEJAMENTO

4.1. Quanto ao planejamento de gastos com o objeto em apreço, há previsão para aquisição do objeto Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, no Plano Plurianual - PPA e na Lei Orçamentária Anual.

5. DOS REQUISITOS DA AQUISIÇÃO

Considerando a PORTARIA Nº 1.631, DE 1º DE OUTUBRO DE 2015, *Aprova critérios e parâmetros para o planejamento e programação de ações e serviços de saúde no âmbito do SUS.*

Considerando a necessidade de subsidiar o cálculo das estimativas de necessidades de saúde da população, prevista no art. 17 da Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, na medida em que os parâmetros incorporam e especificam os critérios contidos naquele artigo, bem como os critérios dispostos no art. 35 da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990;

Considerando a necessidade de articulação com o Mapa da Saúde, conforme previsto no art. 17 do Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011, que será utilizado na identificação das

Praça Monsenhor Alfredo de Arruda Câmara, nº325 – Centro – Afogados da Ingazeira – PE
CEP: 56.800-000 / Fone: (87) 3838-2717 / 1235

necessidades de saúde e orientará o planejamento integrado dos entes federativos, contribuindo para o estabelecimento de metas de saúde;

6. DO QUANTITATIVO

6.1. No estudo técnico elaborado pela equipe da Secretaria Municipal de Saúde, para mensuração dos quantitativos a serem adquiridos, foram analisados cuidadosamente, tendo presente a conjugação de fatores determinantes para futuro serviço, segue abaixo a relação do item que iremos precisar:

Nº	Descrição	Apresentação	Qtd.	Valor Unitário	Valor Total
1	ANTIBIOGRAMA	Unidade	4.000	5,30	21.200,00
2	CULTURA DE URINA	Unidade	4.000	5,62	22.480,00
3	DOSAGEM DE ACIDO URICO	Unidade	4.000	2,68	10.720,00
4	DOSAGEM DE AMILASE	Unidade	4.000	2,31	9.240,00
5	DOSAGEM DE BILIRRUBINA TOTAL E FRACOES	Unidade	4.000	2,70	10.800,00
6	DOSAGEM DE CALCIO	Unidade	4.000	2,31	9.240,00
7	DOSAGEM DE COLESTEROL LDL	Unidade	12.000	4,39	52.680,00
8	DOSAGEM DE COLESTEROL HDL	Unidade	12.000	4,39	52.680,00
9	DOSAGEM DE COLESTEROL TOTAL	Unidade	12.000	2,31	27.720,00
10	DOSAGEM DE CREATININA	Unidade	12.000	2,31	27.720,00
11	DOSAGEM DE GLICOSE	Unidade	12.000	2,31	27.720,00
12	DOSAGEM DE MUCO-PROTEINAS	Unidade	4.000	2,51	10.040,00
13	DOSAGEM DE TRANSAMINASE GLUTAMICO-OXALECETICA (TGO)	Unidade	4.000	2,51	10.040,00
14	DOSAGEM DE TRANSAMINASE GLUTAMICO-PIRUVICA (TGP)	Unidade	4.000	2,51	10.040,00
15	DOSAGEM DE TRIGLICERIDEOS	Unidade	12.000	3,50	42.000,00
16	DOSAGEM DE UREIA	Unidade	12.000	2,31	27.720,00
17	DETERMINACAO DE TEMPO DE COAGULACAO	Unidade	4.000	3,04	12.160,00
18	DETERMINACAO DE TEMPO DE SANGRAMENTO -DUKE	Unidade	4.000	3,04	12.160,00
19	DETERMINACAO DE TTPA	Unidade	4.000	5,77	23.080,00
20	DETERMINACAO DE TEMPO DE ATIV PROTOMB./TAP	Unidade	4.000	3,41	13.640,00
21	DETERMINACAO DE VELOCIDADE DE HEMOSSSEDIMENTACAO (VHS)	Unidade	4.000	2,70	10.800,00
22	HEMOGRAMA COMPLETO	Unidade	18.000	5,13	92.340,00
23	DETERMINACAO DE FATOR REUMATOIDE	Unidade	4.000	3,54	14.160,00
24	DOSAGEM GONADOTROFINA CORIONICA HUMANA (HCG, BETA, HCG)	Unidade	4.000	7,85	31.400,00
25	DOSAGEM DE PROTEINA C REATIVA	Unidade	4.000	3,54	14.160,00
26	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIESTREPTOLISINA O (ASLO)	Unidade	4000	3,54	14.160,00
27	PESQUISA DE OVOS E CISTOS DE PARASITAS	Unidade	18.000	2,06	37.080,00
28	ANALISE DE CARACTERES FISICOS, ELEMENTOS E SEDIMENTO DA URINA	Unidade	18.000	4,62	83.160,00

29	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTINÚCLEO (FAN)	Unidade	4.000	17,16	68.640,00
30	PESQUISA DE ANTICORPOS IGM ANTI - TOXOPLASMA	Unidade	2.000	18,55	37.100,00
31	PESQUISA DE ANTICORPOS IGG ANTI - TOXOPLASMA	Unidade	2.000	16,97	33.940,00
32	DETERMINAÇÃO DIRETA E REVERSA DE GRUPO ABO	Unidade	2.000	1,71	3.420,00
33	PESQUISA DE ANTICORPOS IGG CONTRA O VIRUS DA RUBEOLA	Unidade	2.000	17,16	34.320,00
34	PESQUISA DE ANTICORPOS IGM CONTRA O VIRUS DA RUBEOLA	Unidade	2.000	17,16	34.320,00
35	PESQUISA DE ANTICORPOS IGG ANTICITOMELOGALOVIRUS	Unidade	2.000	11,00	22.000,00
36	PESQUISA DE ANTICORPOS IGM ANTICITOMELOGALOVIRUS	Unidade	2.000	11,61	23.220,00
37	DOSAGEM DE ANTIGENO PROSTATICO ESPECIFICO (PSA)	Unidade	2.400	16,42	39.408,00
38	PROVA DO LATEX PARA PESQUISA DO FATOR REUMATOIDE	Unidade	2.000	2,36	4.720,00
39	DOSAGEM DE TRIIDOTIRONINA (T3)	Unidade	2.000	8,71	17.420,00
40	DOSAGEM DE TRIIDOTIRONINA (T3) Livre	Unidade	2.000	35,00	70.000,00
41	BACILOSCOPIA DIRETA PARA BAAR / TUBERCULOSE (DIAGNOSTICA)	Unidade	1.500	5,25	7.875,00
42	DOSAGEM DE HORMONIO TIREOESTIMULANTE (TSH)	Unidade	12.000	8,96	107.520,00
43	PESQUISA DE ANTICORPOS CONTRA ANTIGENOS DO VIRUS DA HEPATITE B (ANTI - HBS)	Unidade	1.200	18,55	22.260,00
44	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI - HIV1 + HIV2 (ELISA)	Unidade	1200	10,00	12.000,00
45	TESTE DE VDRL PARA DETECÇÃO DE SIFILIS EM GESTANTE	Unidade	1.200	3,54	4.248,00
46	TESTE DE VDRL PARA DETECÇÃO DE SIFILIS	Unidade	1.200	3,54	4.248,00
47	PESQUISA DE ANTICORPOS CONTRA O VIRUS DA HEPATITE C (ANTI - HCV)	Unidade	800	18,55	14.840,00
48	DOSAGEM DE TIROXINA LIVRE (T4 LIVRE)	Unidade	12.000	11,60	139.200,00
49	DOSAGEM DE TIROXINA T4 TOTAL	Unidade	3.000	11,60	34.800,00
50	Curva de Tolerância a Lactose	Unidade	120	30,00	3.600,00
51	SÓDIO	Unidade	3.000	10,00	30.000,00
52	Curva Glicêmica - 2 horas	Unidade	120	20,00	2.400,00
53	Estradiol - E2	Unidade	120	25,00	3.000,00
54	Ferro Sérico	Unidade	2.000	28,00	56.000,00
55	Ferritina	Unidade	2.000	24,00	48.000,00
56	Fosfatase Alcalina	Unidade	180	8,00	1.440,00
57	Fósforo	Unidade	180	10,00	1.800,00
58	FSH - Hormônio Folículo Estimulante	Unidade	180	11,00	1.980,00
59	Gma Glutamil. Transferase (Gama GT)	Unidade	180	9,00	1.620,00
60	IGE Imunoglobulina "E"	Unidade	180	18,00	3.240,00
61	IgE - Painel (HX2) - Pó de casa	Unidade	180	21,50	3.870,00

62	IgE - Painel (MX1) - Fungos e Leveduras	Unidade	180	22,00	3.960,00
63	IgE Específico (F245) - Alimentos - Ovo	Unidade	180	22,00	3.960,00
64	IgE Específico (F76) - Alimentos A-Lactoalbumina	Unidade	180	22,00	3.960,00
65	IgE Específico para Beta Lactoglobulina	Unidade	180	22,00	3.960,00
66	IgE Rast - Leite de Vaca (F2)	Unidade	180	22,00	3.960,00
67	IgE - Alimentos - Trigo	Unidade	180	22,00	3.960,00
68	Igg	Unidade	180	20,00	3.600,00
69	Iga	Unidade	180	20,00	3.600,00
70	igm	Unidade	180	20,00	3.600,00
71	Reserva Alcalina	Unidade	180	25,00	4.500,00
72	LH - Hormônio Luteinizante	Unidade	180	23,00	4.140,00
73	Lipase	Unidade	180	18,00	3.240,00
74	Magnésio	Unidade	3.000	7,00	21.000,00
75	Potássio Sérico	Unidade	180	7,00	1.260,00
76	Progesterona	Unidade	180	18,00	3.240,00
77	Prolactina	Unidade	180	18,00	3.240,00
78	Proteínas Totais e Frações	Unidade	180	10,00	1.800,00
79	Proteinúria de 24 horas	Unidade	180	18,00	3.240,00
80	Teste de Tolerância a Glicose	Unidade	180	15,00	2.700,00
81	Testosterona Livre	Unidade	180	20,00	3.600,00
82	Testosterona Total	Unidade	180	20,00	3.600,00
83	Tireoglobulina	Unidade	180	28,00	5.040,00
84	Transferrina	Unidade	180	19,00	3.420,00
85	Vitamina B12	Unidade	4.500	25,00	112.500,00
86	Vitamina D-25 Hidroxi	Unidade	4500	35,00	157.500,00
87	PESQUISA DE SANGUE OCULTO NAS FEZES	Unidade	400	12,00	4.800,00
88	COOMBS INDIRETO (INCLUI QUANTITATIVO)	Unidade	180	11,00	1.980,00
89	DOSAGEM DE HEMOGLOBINA GLICOSILADA	Unidade	6.000	14,00	84.000,00
90	ALBUMINA	Unidade	180	8,12	1.461,60
91	CREATINO QUINASE - CPK	Unidade	180	25,00	4.500,00
92	Chagas IGG	Unidade	180	35,00	6.300,00
93	Chagas IGM	Unidade	180	35,00	6.300,00
94	Cloro	Unidade	180	13,00	2.340,00
95	CEA	Unidade	180	22,00	3.960,00
96	CA-19.9	Unidade	180	25,00	4.500,00
97	CA15.3	Unidade	180	25,00	4.500,00
98	LITIO	Unidade	180	16,00	2.880,00
99	CA125	Unidade	180	23,00	4.140,00
100	Insulina	Unidade	180	56,00	10.080,00
101	Eletroforese de hemoglobina	Unidade	180	29,33	5.279,40
102	Eletroforese de Proteínas	Unidade	180	42,00	7.560,00
103	Anti-TPO	Unidade	180	35,00	6.300,00
104	ANTI CCP	Unidade	180	60,00	10.800,00
105	Albumina	Unidade	48	17,06	818,88
106	Cortisol	Unidade	48	30,25	1.452,00
107	Colprotectina	Unidade	48	118,50	5.688,00
108	Coprocultura	Unidade	48	40,25	1.932,00
109	Alfa Fetoproteiana	Unidade	48	26,75	1.284,00
110	Polimorfismo do PAI	Unidade	48	244,50	11.736,00

111	Fator V de Leidem	Unidade	48	125,75	6.036,00
112	Mutação do Protrombina	Unidade	48	246,75	11.844,00
113	Beta 2 Glicoproteína	Unidade	48	189,00	9.072,00
114	Cardiolipina IGA	Unidade	48	42,00	2.016,00
115	Cardiolipina IGM	Unidade	48	40,75	1.956,00
116	Anticoagulante Lúpico	Unidade	48	43,50	2.088,00
117	Proteína S	Unidade	48	137,50	6.600,00
118	Proteína C	Unidade	48	74,75	3.588,00
119	Vitamina C	Unidade	48	72,75	3.492,00
120	Homocisteína	Unidade	48	40,00	1.920,00
121	Reserva Alcalina	Unidade	48	33,47	1.606,56
122	Streptococcus do Grupo B	Unidade	48	63,25	3.036,00
123	Citopatológico Cérvico-Vaginal/Microflora Diagnóstico	Unidade	3.600	14,37	51.732,00
124	Citopatológico Cérvico-Vaginal/Microflora - Rastreamento	Unidade	13.500	14,37	193.995,00
Quantidade dos Serviços:			322.144	Valor Global:	2.484.942,44

6.2. Nesse contexto, tem-se demonstrado de forma técnica a necessidade deste serviço a ser realizado visando atender ao interesse público.

7. DA SUBCONTRATAÇÃO

6.2.1. É vedada a subcontratação total ou parcial do objeto adquirido.

8. DA GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

8.1. Não haverá exigência da garantia na realização do objeto em tela, conforme artigo 96 da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR.

9. DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

9.1. Regime de Contratação

a) O serviço será executado sob regime de **empreitada por preço unitário**, conforme quantitativos e valores estipulados no item 6 (Do Quantitativo e Valor). Cada procedimento realizado dará ensejo à medição e fatura de acordo com o valor unitário pactuado.

b) Todos os serviços deverão ser realizados no município de Afogados da Ingazeira.

9.2. Fiscalização e Recebimento

9.2.1. A **fiscalização** da execução caberá à Secretaria Municipal de Saúde, por meio de servidor designado, que:

- Acompanhará a realização dos procedimentos;
- Conferirá equipamentos, insumos e equipe, na execução dos procedimentos;
- Validará relatórios e laudos.

9.2.2. O **recebimento provisório** ocorrerá mensalmente, mediante termo assinado pelo fiscal, após conferência das medições e documentos (AIH, relatórios clínicos e lista de presença).

9.2.3. O **recebimento definitivo** dar-se-á após a quitação das eventuais pendências e atestação de conformidade dos procedimentos, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do recebimento provisório.

9.3. Pagamento

9.3.1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias úteis após o recebimento provisório e aprovação da fatura, respeitados os prazos de análise e autorização da Secretaria Municipal de Saúde.

9.3.2. Cada medição corresponderá ao quantitativo efetivamente realizado e comprovado.

9.4. Obrigações Contratuais

9.4.1. Manter, durante toda a execução, a **estrutura, equipe e insumos** de acordo com o estabelecido no Termo de Referência.

9.4.2. Comunicar imediatamente à fiscalização qualquer **intercorrência** ou necessidade de ajuste no cronograma.

9.4.3. Submeter-se aos **protocolos de qualidade e segurança** previstos no SUS e nas Portarias GM/MS mencionadas.

9.6. Cronograma de Vigência

O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, até o limite legal, desde que haja interesse da Administração e conveniência técnica.

10. DA GESTÃO DO CONTRATO

10.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021 e do Decreto Municipal pertinente, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

10.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

10.3. As comunicações entre o Contratante e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

10.4. O Contratante poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

10.5. Após a assinatura do contrato, o contratante poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

10.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos, na forma do Decreto Municipal pertinente e do artigo 117 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.7. A distribuição dos serviços será realizada de forma proporcional à capacidade técnica e à disponibilidade dos credenciados, levando em conta a demanda e o desempenho na execução dos serviços.

10.8. A vigência do contrato será de 12 meses, podendo ser prorrogado mediante justificativa técnica e comprovação do interesse público, nos termos do **art. 107, §3º da Lei nº 14.133/2021**.

10.9. Os pagamentos poderão ser suspensos caso os serviços estejam em desacordo com o Termo de Referência, mediante notificação formal ao contratado, garantindo o direito ao contraditório e à ampla defesa, conforme os princípios estabelecidos no **art. 5º, LV da Constituição Federal**.

10.10. Reabertura do Credenciamento:

a) Caso os aditivos contratuais atinjam o limite de 25% do valor inicial e a demanda ainda permaneça não atendida, a Administração poderá reabrir o credenciamento para novos prestadores, nos termos do **art. 79 da Lei nº 14.133/2021**, a fim de garantir a continuidade do atendimento e a adequação à demanda.

10.12. Fiscalização e Avaliação:

Os credenciados serão avaliados periodicamente com base nos seguintes indicadores de desempenho:

- **Cumprimento de prazos;**
- **Qualidade técnica dos serviços prestados;**
- **Índice de satisfação dos usuários;**
- **Disponibilidade para atendimento.**

O não atendimento dos indicadores poderá resultar em advertência, suspensão ou descredenciamento.

10.13. A distribuição dos procedimentos será realizada com base na avaliação técnica de cada empresa credenciada e habilitada, onde os mesmos deverão apresentar a qualidade dos serviços que a sua Unidade de Saúde suporta semanalmente, conforme acompanhamento da **Central de Regulação da Secretaria Municipal de Saúde.**

11. DO FATURAMENTO E PAGAMENTO

11.1. O Contratado deverá emitir a Nota Fiscal / Fatura conforme legislação vigente.

11.2. Havendo irregularidades na emissão da Nota Fiscal / Fatura, o prazo para pagamento será contado a partir de sua representação devidamente regularizada.

11.3. DA FORMA DE PAGAMENTO

11.3.1. O pagamento será efetuado através de transferência on-line à empresa contratada em até 30 (trinta) dias corridos, após o recebimento da produção mensal, atestado e conferido pela Central de Regulação, conforme tabela em anexo, mediante emissão da nota fiscal devidamente certificada.

11.3.2. Para a realização do pagamento será observado o fiel cumprimento do fornecimento nas condições acordadas, comparando-se os dados contidos na Nota Fiscal/Fatura.

11.3.3. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

11.3.4. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADA das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

12. DA FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

12.1. Forma de Seleção

A seleção será realizada por meio de procedimento simplificado, conforme previsto na **Lei nº 14.133/2021, Art. 79, parágrafo único**, que dispõe sobre a realização de credenciamento para a contratação de serviços de forma contínua e não exclusiva.

12.2. Critérios de Seleção

Os critérios para o credenciamento serão:

12.2.1. Documentação de Habilitação Jurídica:

- CNPJ válido;
- Registro na Junta Comercial;
- Contrato social atualizado e alterações posteriores;
- Certidão Negativa de Débitos (CND) federal, estadual e municipal.

12.2.2. Qualificação Técnica:

- Comprovação de experiência na prestação dos serviços especializados em saúde ofertados pela proponente;
- Registro no Conselho Regional da área médica correspondente;
- Apresentação de atestados de capacidade técnica emitidos por entidades públicas ou privadas.

12.2.3. Qualificação Econômico-Financeira:

- Certidões negativas de falência, recuperação judicial ou extrajudicial;
- Balanço patrimonial dos 2 últimos exercícios social.

12.2.4. Regularidade Fiscal e Trabalhista:

- Comprovante de regularidade com o FGTS;
- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

12.3. Avaliação e Credenciamento

Após a análise e verificação da documentação apresentada, as empresas habilitadas serão submetidas a avaliação técnica realizada pela Central de Regulação da Secretaria Municipal de Saúde, considerando os seguintes critérios:

- a) - Capacidade e qualidade do atendimento;
- b) - Estrutura física da unidade de saúde destinada à realização dos procedimentos cirúrgicos.

12.4. Distribuição dos Procedimentos

Praça Monsenhor Alfredo de Arruda Câmara, nº325 – Centro – Afogados da Ingazeira – PE
CEP: 56.800-000 / Fone: (87) 3838-2717 / 1235

A distribuição dos procedimentos entre as empresas credenciadas e habilitadas serão definidas com base na avaliação técnica realizada pela Central de Regulação, cabendo a cada unidade de saúde demonstrar a qualidade e a capacidade de execução dos serviços, sob acompanhamento da Central de Regulação da Secretaria Municipal de Saúde.

12.5. Credenciamento

As empresas que atenderem aos requisitos serão credenciadas para a prestação dos serviços de saúde, em regime **não exclusivo**, conforme a demanda apresentada pelo Município.

12.6. Contratação

A contratação somente ocorrerá após a avaliação e emissão de parecer técnico favorável pela Central de Regulação, ficando a Administração autorizada a formalizar o contrato com a empresa credenciada e habilitada.

Observação: **A inscrição no credenciamento não garante a contratação do interessado pelo município.**

12.7. Disposições

O credenciamento será realizado em conformidade com o disposto no Art. 79, parágrafo único da **Lei nº 14.133/2021**, garantindo a ampla concorrência e a transparência no processo seletivo.

13.DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

13.1.1. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

- 13.1. Submeter-se às normas técnicas e administrativas e aos princípios e diretrizes do SUS.
- 13.2. Atender às normas vigentes da Portaria GM/MS nº 1.034 de 04 de maio de 2010, que dispõe sobre a participação complementar das instituições privadas com ou sem fins lucrativos de assistência à saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde;
- 13.3. Cumprir as diretrizes da Política Nacional de Humanização do Ministério da Saúde.
- 13.4. Manter atualizado o Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES) mensalmente, conforme orientação contida na Portaria SAS nº 118 de 18/02/14. O CNES deverá estar compatível com o objeto do edital.
- 13.5. Indicar ao Gestor do contrato o responsável técnico que deverá figurar como interlocutor perante o Fundo Municipal de Saúde e Central de Regulação.
- 13.6. Diligenciar para que o contratado oriundo deste Edital viabilize a consecução dos serviços de acordo com os objetivos e finalidades especificados e em conformidade com as normas legais pertinentes.
- 13.7. Responsabilizar-se por todos os danos causados, direta e indiretamente, a terceiros ou à Administração.
- 13.8. Arcar com todo e qualquer dano ou prejuízo de qualquer natureza causado ao contratante, à administração e/ou a terceiros, por sua culpa ou em consequência de erros, imperícia própria ou de pessoas que estejam sob sua responsabilidade na execução dos serviços contratados.
- 13.9. Atender com presteza as reclamações sobre a qualidade dos serviços executados, providenciando sua imediata correção sem ônus para a contratante.
- 13.10. Submeter-se a Auditoria do Gestor Municipal do Sistema Único de Saúde – SUS de Afogados da Ingazeira – PE.
- 13.11. Apresentar a documentação exigida, a qualquer tempo pela contratante.
- 13.12. Informar ao contratante, com antecedência mínima de 30 dias, qualquer alteração que importe a perda total ou parcial, dos requisitos técnicos exigidos como condição para o presente credenciamento, indicando prazo para regularização da alteração.
- 13.13. Permitir o acesso dos conselheiros municipais de Saúde ao controle social dos serviços, desde que devidamente identificados e mediante prévia comunicação.
- 13.14. Manter, durante toda a vigência do contrato, as condições de habilitação iniciais.
- 13.15. Responsabilizar-se por cobrança indevida feita ao paciente ou seu representante, por profissional empregado ou preposto, em razão da execução do contrato firmado.

13.16. Eximir-se de cobrar diretamente do usuário/beneficiário qualquer importância concernente aos procedimentos inseridos nas tabelas adotadas. Constatada a ocorrência de práticas irregulares que importem, ou que possam importar ganhos indevidos em detrimento do patrimônio público, serão aplicadas as penalidades necessárias.

13.17. Obedecer às normas da Vigilância Sanitária, mantendo licença de funcionamento vigente.

13.18. Executar todos os serviços na estrutura própria dos centros hospitalares, laboratórios, ou clínicas credenciadas, e afins, mediante autorização prévia da Central de Regulação, através do Sistema de Regulação.

13.19. Todos os procedimentos mencionados em tela, deverão ser realizados no município de Afogados da Ingazeira - PE.

13.20. Serão permitidos o remanejamento entre os grupos (blocos), porém, apenas autorizados após a análise técnica da equipe da Central de Regulação e / ou necessidade epidemiológica do momento.

13.22. Apresentar relatório de atividades mensais conforme modelo (**ANEXO 01 – TERMO DE REFERÊNCIA - ESPECIFICAÇÕES**), ou sempre que solicitado pelo Gestor Municipal, com demonstração quantitativa do atendimento, objeto deste Edital, devendo conter as informações necessárias ditas pelo solicitante.

13.23. Garantir acessibilidade no atendimento e durante a realização dos **serviços de consultas especializadas / exames ambulatoriais** para as pessoas portadoras de deficiência (visual, física, auditiva, intelectual e múltipla).

13.24. Guardar em sua unidade sede os laudos dos procedimentos realizados, independente do diagnóstico, considerando o período determinado pela legislação.

13.25. Responder perante a contratante por sua conduta na execução dos serviços objeto deste Edital.

13.26. Executar o objeto deste Edital, garantindo a qualidade no atendimento à população usuária do SUS elenco do objeto deste Edital, e se sujeitar a fiscalização permanente da contratante, durante toda a vigência do Termo de Credenciamento.

13.27. Garantir recursos humanos (equipe multiprofissional) e materiais (insumos e equipamentos) compatíveis com os procedimentos a serem executados, buscando assegurar a assistência com equipe profissional preparada para atender com eficiência e presteza, contemplando o atendimento de forma humanizada, durante toda vigência do termo de credenciamento.

13.28. Obedecer aos dispositivos gerais do contrato.

13.2.2. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

13.2.1. Acompanhar a execução do objeto deste Edital e efetivar a satisfação do crédito do contratado nos termos dispostos no Edital e no Termo de Credenciamento;

13.2.2. Prestar quaisquer esclarecimentos que venham a ser formalmente solicitados pelo contratado e que sejam pertinentes ao objeto do presente Edital;

13.2.3. Promover, sempre que necessário, a integração entre o interlocutor do contratado com servidores da CREDENCIANTE, com vistas a facilitar o cumprimento da execução dos serviços contratados;

13.2.4. Notificar por escrito o contratado qualquer irregularidade relacionada ao cumprimento dos serviços objeto deste Edital;

13.2.5. Promover o DESCREDENCIAMENTO do contratado por razões devidamente fundamentadas em fatos supervenientes ou conhecidos após o credenciamento, preservando-se o princípio do contraditório e da ampla defesa, desde que importem em comprometimento da sua capacidade jurídica, técnica, fiscal ou da postura profissional, ou, ainda, que venha a interferir no padrão ético e/ou operacional dos serviços contratados, sem que haja lugar a qualquer direito a indenização, compensação ou reembolso ao contratado, seja a que título for.

14. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas caracterizará a inadimplência do Contratado, sujeitando-o às penalidades previstas no Decreto Municipal pertinente, sem prejuízo de eventual responsabilidade civil e criminal.

15. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. As despesas decorrentes do presente procedimento serão acobertadas pela (s) seguinte (s) dotação(ções) orçamentária(s):

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

09 01 00 Fundo Municipal de Saúde

10 302 Assistência hospitalar e ambulatorial

10 302 0019 Bloco de Atenção especializada

10 302 0019 2069 Manut. das Atividades do Centro de Saúde

3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

16. UNIDADE RESPONSÁVEL PELO ACOMPANHAMENTO / FISCALIZAÇÃO

16.1. A unidade responsável pelo acompanhamento é a Secretaria Municipal de Saúde.

16.2. O responsável pela fiscalização está informado no DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA.

Jose Adriano da Silva
Coordenador de Controle e Avaliação

ANEXO III – MODELO DE TERMO DE PROPOSTA

PREFEITURA MUNICIPAL DE AFOGADOS DA INGAZEIRA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO Nº 008/2025

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM EXAMES DE PATOLOGIA CLÍNICA PARA ATENDER AOS PACIENTES DO MUNICÍPIO DE AFOGADOS DA INGAZEIRA.

CONTATO:
TELEFONE:
E-MAIL:
ENDEREÇO:

AO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE AFOGADOS DA INGAZEIRA – PE,

A empresapessoa Jurídica, com sede na...../endereço (endereço completo – Rua/Avenida, número, complemento, bairro, cidade, estado, CEP), inscrito no CNPJ sob o nº, neste ato representado por, qualificação do representante da contratada – nacionalidade, estado civil, profissão, RG, CPF, filiação, endereço completo), através do representante legal acima qualificado, vem por meio desta, apresentar PROPOSTA DE ADESÃO ao presente credenciamento para realização serviços abaixo indicados, desde já concordando e aderindo aos preços fixados em conformidade com o termo de referência:

Nº	Descrição
1	ANTIBIOGRAMA
2	CULTURA DE URINA
3	DOSAGEM DE ACIDO URICO
4	DOSAGEM DE AMILASE
5	DOSAGEM DE BILIRRUBINA TOTAL E FRACOES
6	Etc...

ATENÇÃO!

Pedimos que os credenciados coloquem neste termo de prosta a relação apenas dos itens que poderão prestar os serviços, respeitando a ordem numérica dos mesmos.

Declaramos por fim estarmos cientes de todas as condições do edital supracitado e respectivos anexos, bem como de todas as especificações contidas na minuta do futuro contrato a ser assinado e que as aceitamos de forma incondicional sem nenhum questionamento.

Local e Data

Assinatura do representante legal
Nome e CNPJ da empresa

Obs.: Esta declaração deverá ser preenchida em papel timbrado da empresa proponente e assinada pelo (s) seu(s) representante (s) legal(is) ou procurador devidamente habilitado.

ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÕES

PREFEITURA MUNICIPAL DE AFOGADOS DA INGAZEIRA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO Nº 008/2025

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM EXAMES DE PATOLOGIA CLÍNICA PARA ATENDER AOS PACIENTES DO MUNICÍPIO DE AFOGADOS DA INGAZEIRA.

(Nome da Empresa), CNPJ Nº, sediada na Rua, nº, bairro, CEP, por seu representante legal abaixo assinado, em cumprimento ao solicitado no Edital de Credenciamento em epígrafe, DECLARA, sob as penas da lei, que:

- 1) Está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e em seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no referido documento, para todos os efeitos legais, sob pena de aplicação das sanções cabíveis;
- 2) Cumpre com as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;
- 3) As propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas;
- 4) Não possui em seu quadro de pessoal e societário, servidor público do Poder Executivo Municipal exercendo funções de gerência ou administração, ou servidor do Órgão/Entidade contratante em qualquer função, nos termos do art. 9º, § 1º da Lei Federal nº 14.133/2021;
- 5) Não há sanções vigentes que legalmente proibam a participante de licitar e/ou contratar com o Órgão/Entidade contratante;
- 6) Não possui em seu quadro de pessoal empregados (s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e menores de 16 (dezesesseis) anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal e inciso VI, artigo 68 da Lei nº 14.133/2021;
- 7) Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal.

Local e Data

Assinatura do representante legal
Nome e CNPJ da empresa

Obs.: Esta declaração deverá ser preenchida em papel timbrado da empresa proponente e assinada pelo (s) seu(s) representante (s) legal(is) ou procurador devidamente habilitado.

ANEXO V – MODELO DE DECLARAÇÃO PARA ME/EPP

PREFEITURA MUNICIPAL DE AFOGADOS DA INGAZEIRA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO Nº 008/2025

AO

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE AFOGADOS DA INGAZEIRA – PE

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM EXAMES DE PATOLOGIA CLÍNICA PARA ATENDER AOS PACIENTES DO MUNICÍPIO DE AFOGADOS DA INGAZEIRA.

(Nome da Empresa), CNPJ Nº,
sediada na Rua, nº, bairro
....., CEP,
Município.....

....., por seu representante legal abaixo assinado, em cumprimento ao solicitado no Edital de Credenciamento em epígrafe, DECLARA, sob as penas da lei:

- a) Ser ME, EPP ou MEI;
- b) Que não se encontra em nenhuma das situações previstas no § 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006 e, nos termos do art. 28 da Lei Complementar Estadual nº 605/2018, está apto a usufruir do tratamento estabelecido nos artigos 43 da Lei Complementar Federal nº 123/2006;
- c) Que no ano-calendário de realização deste credenciamento, os valores somados dos contratos celebrados com a Administração Pública não extrapolam a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do art. 4º, § 2º da Lei nº 14.133/2021

Local e Data

Assinatura do representante legal
Nome e CNPJ da empresa

Obs.: Esta declaração deverá ser preenchida em papel timbrado da empresa proponente e assinada pelo (s) seu(s) representante (s) legal(is) ou procurador devidamente habilitado.

**ANEXO VI – MODELO DE DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE E NÃO SUSPENSÃO
TEMPORÁRIA**

PREFEITURA MUNICIPAL DE AFOGADOS DA INGAZEIRA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO Nº 008/2025

(Razão Social do Licitante)....., CNPJ Nº por meio de seu
Diretor ou Responsável Legal, declara, sob as penas da lei, que não foi declarada INIDÔNEA e
NEM SUSPENSÃO TEMPORARIAMENTE para licitar ou contratar com a Administração Pública,
nos termos da Lei de Licitações.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

Local e Data

Assinatura do representante legal
Nome e CNPJ da empresa

Obs.: Esta declaração deverá ser preenchida em papel timbrado da empresa proponente e
assinada pelo (s) seu(s) representante (s) legal(is) ou procurador devidamente habilitado.

ANEXO VII – MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO Nº: .../2025-CPL

CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO Nº 008/2025

PROCESSO LICITATÓRIO Nº */2025**

TERMO DE CONTRATO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM, DE UM LADO O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE AFOGADOS DA INGAZEIRA – PE, E, DO OUTRO LADO, A EMPRESA, NA FORMA E NAS CONDIÇÕES ABAIXO ESTIPULADAS.

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE AFOGADOS DA INGAZEIRA - PE, situada na Av. Rio Branco, 296 - Centro - Afogados da Ingazeira - PE, CNPJ nº 11.308.823/0001-03, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Saúde Artur Belarmino de Amorim, Brasileiro, Solteiro, Enfermeiro, residente e domiciliado na Rua Bom Jesus dos Remédios, nº 5474, São Braz, Afogados da Ingazeira - PE, CPF nº 057.246.464-98, Carteira de Identidade nº 2942792-2 SDS/PB, doravante denominada CONTRATANTE, e do outro lado - - - - ..., CNPJ nº, neste ato representado por residente e domiciliado na, - - - - ..., CPF nº, Carteira de Identidade nº, doravante denominado CONTRATADO, celebram o presente TERMO DE CONTRATO POR CREDENCIAMENTO em decorrência do CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO Nº 008/2025 na melhor forma de direito que aceitam, ratificam e se obrigam a cumprir fielmente, mediante sujeição das partes às determinações da Lei Federal nº 14.133, suas alterações e demais legislações vigentes aplicáveis, e em conformidade com as cláusulas e condições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DOS FUNDAMENTOS DO CONTRATO

Este contrato será regido pela Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e suas alterações posteriores, Lei Federal nº. 8.080/90 e Portaria GM/MS nº. 2.567/16, os Normativos do Sistema Único de Saúde - SUS e as disposições constantes deste do e seus anexos.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM EXAMES DE PATOLOGIA CLÍNICA PARA ATENDER AOS PACIENTES DO MUNICÍPIO DE AFOGADOS DA INGAZEIRA.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR E DAS CONDIÇÕES DO PAGAMENTO

1. Pelos serviços objeto deste contrato, a CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO o valor de R\$ (.....), sendo pagos de acordo com os serviços efetivamente prestados.
2. O pagamento será mensal e efetuado em até 30 (trinta) dias após o recebimento e o atesto/aprovação das Notas Fiscais/Faturas, decorrentes da efetiva prestação dos serviços.
3. O pagamento corresponde aos serviços efetivamente prestados dar-se-á através de crédito em conta corrente preferencialmente na Caixa Econômica Federal ou outra Instituição Bancária indicada pelo CONTRATADO, devendo a mesma entrar em contato com a Gerência Financeira do FMS.
4. O pagamento dos serviços realizados será efetuado de forma proporcional a quantidade realizada por mês e a composição dos preços terá por base o valor unitário constante da tabela de Procedimentos do termo de referência.
5. O Fundo Municipal de Saúde reserva-se no direito de suspender cautelarmente o pagamento caso os serviços estejam sendo realizados em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência, no presente Edital, sem prejuízo de abertura de processo administrativo específico.
6. A Nota Fiscal, o Recibo ou a Fatura deverão ser emitidos em nome do Fundo Municipal de Saúde de Afogados da Ingazeira - PE.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

09 01 00 Fundo Municipal de Saúde

10 302 Assistência hospitalar e ambulatorial

10 302 0019 Bloco de Atenção especializada

10 302 0019 2069 Manut. das Atividades do Centro de Saúde

3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA

Este Termo de Contrato terá vigência de 12 (doze) meses, com início em ____/____/____ e término em ____/____/____, contados a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogado por interesse das partes, nos limites e condições estabelecidos no artigo 107, inciso II, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

PARÁGRAFO ÚNICO: Qualquer alteração do Termo de Contrato, somente será admitida mediante justificativa prévia, devidamente aprovada pela autoridade competente, e por meio de termo aditivo próprio.

CLÁUSULA SEXTA – DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

1. O presente Termo de Contrato poderá ser alterado mediante termo aditivo que ajuste acréscimos ou supressões de serviços existentes por ocasião de sua assinatura, observando os limites estabelecidos no artigo 124 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

2. O presente Termo de Contrato poderá ser alterado unilateralmente pela Administração, nas hipóteses previstas no artigo 124, §1º, da Lei nº 14.133/2021, incluindo:

a) a modificação das especificações dos serviços, visando à melhor adequação técnica aos seus objetivos;

b) a necessidade de alterar o valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto.

3. Alterações nos quantitativos de serviços atribuídos ao Contrato requerem a formalização de Termo Aditivo, respeitados os limites contratuais e a capacidade máxima de atendimento prevista na Cláusula Primeira.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

Constitui obrigações das partes, além das disposições previstas na Lei 14.133 e suas alterações:

OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

1. Submeter-se às normas técnicas e administrativas e aos princípios e diretrizes do SUS.

2. Atender às normas vigentes da Portaria GM/MS nº 1.034 de 04 de maio de 2010, que dispõe sobre a participação complementar das instituições privadas com ou sem fins lucrativos de assistência à saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde;

3. Cumprir as diretrizes da Política Nacional de Humanização do Ministério da Saúde.

4. Manter atualizado o Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES) mensalmente, conforme orientação contida na Portaria SAS nº 118 de 18/02/14. O CNES deverá estar compatível com o objeto do termo de referência.

5. Indicar ao Gestor do contrato o responsável técnico que deverá figurar como interlocutor perante o Fundo Municipal de Saúde e Central de Regulação.

6. Diligenciar para que o contratado oriundo deste Edital viabilize a consecução dos serviços de acordo com os objetivos e finalidades especificados e em conformidade com as normas legais pertinentes.

7. Responsabilizar-se por todos os danos causados, direta e indiretamente, a terceiros ou à Administração.

8. Arcar com todo e qualquer dano ou prejuízo de qualquer natureza causado ao contratante, à administração e/ou a terceiros, por sua culpa ou em consequência de erros, imperícia própria ou de pessoas que estejam sob sua responsabilidade na execução dos serviços contratados.

9. Atender com presteza as reclamações sobre a qualidade dos serviços executados, providenciando sua imediata correção sem ônus para a contratante.

10. Submeter-se a Auditoria do Gestor Municipal do Sistema Único de Saúde – SUS de Afogados da Ingazeira – PE.

11. Apresentar a documentação exigida, a qualquer tempo pela contratante.

12. Informar ao contratante, com antecedência mínima de 30 dias, qualquer alteração que importe a perda total ou parcial, dos requisitos técnicos exigidos como condição para o presente credenciamento, indicando prazo para regularização da alteração.

13. Permitir o acesso dos conselheiros municipais de Saúde ao controle social dos serviços, desde que devidamente identificados e mediante prévia comunicação.

14. Manter, durante toda a vigência do contrato, as condições de habilitação iniciais.

15. Responsabilizar-se por cobrança indevida feita ao paciente ou seu representante, por profissional empregado ou preposto, em razão da execução do contrato firmado.

16. Eximir-se de cobrar diretamente do usuário/beneficiário qualquer importância concernente aos procedimentos inseridos nas tabelas adotadas. Constatada a ocorrência de práticas irregulares que importem, ou que possam importar ganhos indevidos em detrimento do patrimônio público, serão aplicadas as penalidades necessárias.

17. Obedecer às normas da Vigilância Sanitária, mantendo licença de funcionamento vigente.

18. **Executar todos os serviços na estrutura própria dos centros hospitalares, laboratórios, ou clínicas credenciadas, e afins, mediante autorização prévia da Central de Regulação, através do Sistema de Regulação.**

19. **Todos os procedimentos mencionados em tela, deverão ser realizados no município de Afogados da Ingazeira - PE.**

20. O prestador deverá encaminhar a escala de plantão mensalmente ao setor de regulação do FMS.

21. Serão permitidos o remanejamento entre os grupos (blocos), porém, apenas autorizados após a análise técnica da equipe da Central de Regulação e / ou necessidade epidemiológica do momento.

22. Apresentar relatório de atividades mensais conforme modelo (**ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA - ESPECIFICAÇÕES**), ou sempre que solicitado pelo Gestor Municipal, com demonstração quantitativa do atendimento, objeto deste Edital, devendo conter as informações necessárias ditas pelo solicitante.

23. Garantir acessibilidade no atendimento e durante a realização dos **serviços** para as pessoas portadoras de deficiência (visual, física, auditiva, intelectual e múltipla).

24. Guardar em sua unidade sede os laudos dos procedimentos realizados, independente do diagnóstico, considerando o período determinado pela legislação.

25. Responder perante a contratante por sua conduta na execução dos serviços objeto deste Edital.

26. Executar o objeto deste Edital, garantindo a qualidade no atendimento à população usuária do SUS elenco do objeto deste Edital, e se sujeitar a fiscalização permanente da contratante, durante toda a vigência do Termo de Credenciamento.

27. Garantir recursos humanos (equipe multiprofissional) e materiais (insumos e equipamentos) compatíveis com os procedimentos a serem executados, buscando assegurar a assistência com equipe profissional preparada para atender com eficiência e presteza, contemplando o atendimento de forma humanizada, durante toda vigência do termo de credenciamento.

28. Obedecer aos dispositivos gerais deste contrato.

DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

1. Acompanhar a execução do objeto deste Edital e efetivar a satisfação do crédito do contratado nos termos dispostos no Edital e no Termo de Credenciamento;

2. Prestar quaisquer esclarecimentos que venham a ser formalmente solicitados pelo contratado e que sejam pertinentes ao objeto do presente Edital;

3. Promover, sempre que necessário, a integração entre o interlocutor do contratado com servidores da CREDENCIANTE, com vistas a facilitar o cumprimento da execução dos serviços contratados;

4. Notificar por escrito o contratado qualquer irregularidade relacionada ao cumprimento dos serviços objeto deste Edital;

5. Promover o DESCREDENCIAMENTO do contratado por razões devidamente fundamentadas em fatos supervenientes ou conhecidos após o credenciamento, preservando-se o princípio do contraditório e da ampla defesa, desde que importem em comprometimento da sua capacidade jurídica, técnica, fiscal ou da postura profissional, ou, ainda, que venha a interferir no padrão ético e/ou operacional dos serviços contratados, sem que haja lugar a qualquer direito a indenização, compensação ou reembolso ao contratado, seja a que título for.

CLÁUSULA OITAVA – DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)), e ou pelos os profissionais técnicos da Central de Regulação da Secretaria Municipal de Saúde de Afogados da Ingazeira – PE.

Fiscal de Contrato

7. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

8. O fiscal do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#), e [Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II](#));

9. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III](#));

10. O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV](#)).

11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V](#)).

12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII](#)).

13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário ([Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; ([Decreto nº 11.246, de](#)

2022, art. 23, IV).

Gestor do Contrato

15. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

16. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

17. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

18. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

19. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

20. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

21. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contabilidade para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

CLÁUSULA NONA – DO LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

O CONTRATADO prestará os serviços, objeto deste contrato no seguinte endereço:

_____.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS PENALIDADES

A recusa injustificada em cumprir as obrigações assumidas ou os preceitos legais sujeitará o Contratado, garantida a prévia defesa, às penalidades previstas no artigo 156 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, conforme segue:

- a) advertência;
- b) multa de mora de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) aplicada sobre o valor do contrato por dia de atraso na execução do objeto contratado;
- c) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato pela inexecução total ou parcial das obrigações pactuadas;
- d) a aplicação simultânea de quaisquer das penalidades cabíveis, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS REAJUSTES

- 1. Os preços contratados são fixos pelo período de 1 (um) ano, exceto para os casos previstos no artigo 112, §§ 1º e 2º, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.
- 2. Ocorrendo o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, poderá ser restabelecida a relação inicialmente pactuada pelas partes, nos termos do artigo 124, inciso II, alínea "d", da Lei nº 14.133/2021, mediante comprovação documental e requerimento expresso do Contratado.
- 3. O Contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, respeitando os limites estabelecidos no artigo 124, caput, da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS HIPÓTESES DE DESCREDECENCIAMENTO

1. O Fundo Municipal de Saúde poderá, a qualquer tempo, promover o DESCREDECENCIAMENTO por razões devidamente fundamentadas em fatos supervenientes ou conhecidos após a celebração do contrato, que comprometam a capacidade jurídica, técnica, fiscal ou a postura profissional do Contratado, ou que interfiram no padrão ético e/ou operacional dos serviços contratados, sem que isso gere ao Contratado qualquer direito a indenização, compensação ou reembolso, seja a que título for.
2. Na hipótese de descumprimento das obrigações contratuais pelo Contratado, este estará sujeito às sanções previstas no artigo 156 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, conforme aplicável.
3. Fica assegurado ao Contratado o direito ao contraditório e à ampla defesa, sendo suas razões avaliadas e julgadas nos termos previstos no Edital e na legislação aplicável.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA ALTERAÇÃO E RESCISÃO DO CONTRATO

1. Este contrato poderá ser alterado, unilateralmente pela Contratante ou por acordo entre as partes, nas hipóteses previstas no artigo 124 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.
2. A rescisão do contrato ocorrerá de pleno direito, conforme o disposto nos artigos 138, 139 e 140 da Lei nº 14.133/2021, observados os procedimentos legais aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

1. O presente contrato tem prazo de 12 (doze) meses, tendo sua prorrogação máxima de 60 (sessenta) meses de vigência, sendo o respectivo aviso anualmente publicado no Diário Oficial dos Municípios de Pernambuco (Amupe), para amplo conhecimento dos potenciais interessados. Todavia, poderá ser revogado a qualquer tempo, por razões de interesse público decorrentes de fatos supervenientes, devidamente comprovados, pertinentes e suficientes para justificar sua revogação, nos termos do artigo 61, caput, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.
2. Os casos omissos serão resolvidos pela CREDENCIANTE, com base nas disposições da Lei nº 14.133/2021, nos princípios do direito público e, subsidiariamente, com fundamento em outras normas jurídicas aplicáveis que supram eventuais lacunas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

As partes elegem o Foro da Comarca de Afogados da Ingazeira - PE, como único competente para dirimir qualquer divergência ou dúvida oriunda do presente Termo de Credenciamento, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que se configure. E, por estarem, assim justos e acordados, lavram o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um só efeito, que após lido e achado conforme é firmado pelas partes.

Afogados da Ingazeira, de de 2025.

PELO CONTRATANTE

.....

PELO CONTRATADO

.....